



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS ANGICAL DO PIAUÍ
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

NAISON DA COSTA MARTINS MOURA

**ANÁLISE DAS CAUSAS DE ENDIVIDAMENTO DE PROFESSORES EFETIVOS DA
REDE MUNICIPAL EM REGENERAÇÃO (PI)**

ANGICAL DO PIAUÍ

2026

NAISON DA COSTA MARTINS MOURA

ANÁLISE DAS CAUSAS DE ENDIVIDAMENTO DE PROFESSORES EFETIVOS DA
REDE MUNICIPAL EM REGENERAÇÃO (PI)

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Angical do Piauí.

Orientador: Prof. Me. João Vitor de Oliveira Sousa

ANGICAL DO PIAUÍ

2026

ANÁLISE DAS CAUSAS DE ENDIVIDAMENTO DE PROFESSORES EFETIVOS DA REDE MUNICIPAL EM REGENERAÇÃO (PI)

Naison da Costa Martins Moura¹

João Vitor de Oliveira Sousa²

RESUMO

O endividamento intensificou-se nas últimas décadas, configurando-se como um fenômeno econômico e social que afeta o bem-estar, a qualidade de vida e o consumo. Entre professores, esse cenário foi agravado pela renda limitada, longas jornadas de trabalho e despesas recorrentes, favorecendo o uso excessivo de crédito e empréstimos. Este estudo teve como objetivo investigar os fatores que contribuíram para o endividamento dos docentes da rede municipal de Regeneração (PI), considerando o nível de educação financeira, o perfil financeiro e seus efeitos na qualidade de vida. O referencial teórico abordou a educação financeira e o endividamento, destacando o controle de gastos e o uso consciente do crédito. A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, exploratória e descritiva, com revisão bibliográfica e aplicação de questionário online. Os resultados evidenciaram que a insuficiência de educação financeira e a má gestão dos recursos favoreceram o acúmulo de dívidas entre os docentes. Além disso, o estudo forneceu subsídios para a formulação de estratégias de orientação financeira voltadas à redução do endividamento e à melhoria das condições de vida dessa categoria profissional.

Palavras-chave: educação financeira; fatores socioeconômicos; bem-estar financeiro; endividamento docente.

ABSTRACT

Indebtedness intensified in recent decades, becoming an economic and social phenomenon that affects well-being, quality of life, and consumption. Among teachers, this situation was aggravated by limited income, long working hours, and recurring expenses, encouraging excessive use of credit and loans. This study aimed to investigate the factors that contributed to teacher indebtedness in the municipal school system of Regeneração (PI), considering the level of financial education, financial profile, and their effects on quality of life. The theoretical framework addressed financial education and indebtedness, emphasizing expense control and the conscious use of credit. The research adopted a qualitative and quantitative, exploratory, and descriptive approach, with a literature review and data collection through an online questionnaire. The results showed that insufficient financial education and poor financial resource management contributed to the accumulation of debt among teachers. In addition, the study provided support for the development of financial guidance strategies aimed at reducing indebtedness and improving the living conditions of this professional group.

Keywords: financial education; socioeconomic factors; financial well-being; teacher indebtedness.

¹ Graduando em Administração. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Angical, Piauí, Brasil. E-mail: caang.2021119badm0319@aluno.ifpi.edu.br

² Mestre em Administração. Instituto Federal do Piauí (IFPI). Angical, Piauí, Brasil. E-mail: joao.oliveira@ifpi.edu.br

Data de aprovação 29/07/2026

1 INTRODUÇÃO

O endividamento é um fenômeno econômico e social que tem se intensificado nas últimas décadas, afetando o bem-estar e a qualidade de vida da população. Esse cenário, marcado pelo consumo excessivo, pelo elevado custo de vida, pelas incertezas econômicas e pela ampliação do acesso ao crédito, exige uma gestão financeira consciente. Assim, a manutenção do bem-estar financeiro depende não apenas da renda, mas também da capacidade de administrá-la de forma eficiente, garantindo segurança financeira e melhor qualidade de vida (Campara, Vieira e Potrich, 2017).

Entre os diversos grupos profissionais impactados pelo fenômeno do endividamento, destacam-se os professores, que ocupam uma posição de relevância social, especialmente em virtude de sua contribuição para a formação humana e educacional. Apesar de sua importância, muitos docentes enfrentam remunerações consideradas insuficientes frente às suas demandas profissionais e pessoais, jornadas de trabalho extensas e a necessidade contínua de qualificação. Essas condições favorecem uma situação de vulnerabilidade financeira, que pode culminar em processos de endividamento, realidade cada vez mais presente entre os profissionais da área educacional.

No conjunto das tendências observadas no endividamento de professores, destaca-se o uso recorrente de crédito consignado, empréstimos pessoais e parcelamentos de longo prazo para suprir despesas básicas. Essa realidade é favorecida pelo fato de os servidores serem considerados clientes de menor risco pelas instituições financeiras, em razão da estabilidade e previsibilidade de sua renda, o que amplia o acesso ao crédito e pode resultar em elevado comprometimento da renda com dívidas de longo prazo (Nunis, 2023). Diante disso, torna-se necessário aprofundar a compreensão acerca dos impactos do endividamento na qualidade de vida, na saúde mental e no desempenho profissional dos professores que vivenciam essa realidade em seu cotidiano.

Nesse contexto, evidencia-se a importância de direcionar um olhar investigativo para os professores da rede municipal de ensino, considerando-se as especificidades da realidade vivenciada por esses profissionais, suas condições econômicas e os fatores sociais que caracterizam cada município. No caso do município de Regeneração (PI), a realização deste estudo mostra-se relevante por possibilitar uma compreensão mais aprofundada da realidade financeira dos docentes e de sua relação com o endividamento.

Diante dessas reflexões, emerge a seguinte questão norteadora da pesquisa: quais são as principais causas do endividamento dos professores efetivos da rede municipal de ensino de Regeneração (PI)? Essa problemática decorre da necessidade de compreender os fatores que levam esses profissionais a recorrerem ao endividamento, bem como as consequências desse processo em suas vidas pessoais e profissionais.

Com o intuito de responder à questão norteadora, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar os fatores que contribuem para o endividamento dos professores efetivos da rede municipal de ensino de Regeneração (PI). Para o alcance desse objetivo, estabelecem-se como objetivos específicos: a) descrever o perfil financeiro dos docentes; b) investigar o nível de conhecimento dos professores acerca da educação financeira; e c) avaliar a influência das causas do endividamento na qualidade de vida dos professores da rede municipal de Regeneração (PI).

A realização desta pesquisa justificou-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o endividamento docente no contexto do município de Regeneração (PI), contribuindo para a compreensão da realidade enfrentada por esses profissionais. Ao abordar uma realidade específica, o estudo possibilitou uma análise mais detalhada das causas do endividamento, considerando fatores econômicos, sociais e individuais locais, os quais nem sempre são contemplados por pesquisas de caráter mais amplo.

A partir dos dados obtidos junto aos professores da rede municipal, torna-se possível compreender de maneira mais específica como fatores relacionados à renda, aos hábitos financeiros, ao planejamento e aos compromissos assumidos podem estar associados ao endividamento. A análise dessas informações permite ainda identificar características do comportamento financeiro dos docentes e compreender de que forma esses aspectos podem influenciar sua organização econômica e sua relação com as dívidas. Nesse sentido, a pesquisa contribui para ampliar a discussão sobre a temática, possibilitando novas reflexões acerca da realidade financeira dos docentes, apresentando relevância tanto para a comunidade acadêmica quanto para gestores públicos e instituições educacionais.

O presente trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo corresponde à introdução, na qual são apresentados o tema, o problema, os objetivos e a justificativa da pesquisa. O segundo e o terceiro compõem o referencial teórico, discutindo conceitos e estudos relacionados à educação financeira e ao endividamento. O quarto capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados. O quinto capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos. Por fim, o sexto capítulo apresenta as considerações finais, destacando as conclusões do estudo e sugestões para pesquisas futuras.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira tem um papel crucial na forma de lidar com o dinheiro, especialmente no que se refere à prevenção de desequilíbrios financeiros que podem culminar no endividamento. Assim, configura-se como uma ferramenta que instrui os indivíduos a desenvolverem uma disciplina financeira, tornando-os capazes de adiar desejos que, muitas vezes, não conseguem postergar. Nesse sentido, a educação financeira apresenta-se como uma alternativa relevante para lidar com comportamentos de consumo impulsivo, uma vez que promove nos indivíduos um saber financeiro que, entretanto, ainda não é amplamente difundido nos meios sociais nem no ambiente escolar (Pelicioli, 2011). O fato é que a educação financeira deve ser introduzida desde cedo, objetivando a formação de uma consciência financeira futura, capaz de reduzir práticas que favoreçam o endividamento ao longo da vida adulta (Krüger, 2014).

Nessa perspectiva formativa, a educação financeira é compreendida como o meio que possibilita a evolução pessoal, por meio da inclusão de rotinas, da tomada de decisão, do desenvolvimento de habilidades e da execução prática do controle pessoal das finanças, essa inclusão ocorre no meio familiar, com formação básica e práticas construídas ao longo da vida, entre outras (Maroni Neto, 2011). Esses elementos tornam-se fundamentais para compreender como a ausência desse aprendizado pode impactar negativamente a organização financeira de profissionais, como os docentes, cuja renda, muitas vezes, é fixa e limitada.

Albuquerque (2017) argumenta que a educação financeira assume um papel de relevância na vida das pessoas a partir do momento em que elas conseguem equilibrar seus gastos com eficiência e passam a adquirir apenas o necessário, conforme sua renda. Tal equilíbrio mostra-se especialmente importante para professores, uma vez que a incompatibilidade entre renda e despesas recorrentes pode favorecer situações de endividamento contínuo.

O autor complementa que o letramento financeiro é importante, uma vez que influencia o bem-estar, o qual se conecta diretamente à saúde financeira, possibilitando a escolha da forma como as receitas serão utilizadas, respeitando seus limites e visando à construção de uma realidade familiar mais saudável, por isso, a gestão de recursos deve ser aplicada com eficiência (Albuquerque, 2017). Dessa forma, observa-se que o baixo nível de letramento financeiro pode comprometer o bem-estar docente, refletindo em dificuldades para lidar com dívidas e obrigações financeiras.

Em consonância com essa abordagem, Resende e Costa (2017) defendem que a educação financeira deve ser compreendida a partir de rotinas financeiras simples que auxiliam a vida financeira dos indivíduos, independentemente de possuírem baixa ou alta renda, uma vez que o controle das finanças contribui para a segurança financeira. Para tanto, é importante diferenciar o essencial do supérfluo.

De forma complementar, Lucena e Marinho (2013) destacam que o aprendizado em finanças é de suma importância no âmbito individual e familiar, pois permite mensurar as receitas destinadas às despesas, estabelecer a quantia a ser poupada para necessidades futuras e definir o momento adequado para a utilização do dinheiro na aquisição de bens ou na obtenção de retorno monetário. Essas práticas contribuem para a prevenção do endividamento, sobretudo entre professores, diante das múltiplas demandas de consumo associadas à vida profissional e familiar.

Ampliando essa discussão, Augustinis, Costa e Barros (2013) afirmam que a educação financeira consiste na forma pela qual indivíduos, na condição de investidores ou consumidores, aprimoram suas noções sobre produtos financeiros por meio de conhecimentos e práticas empíricas, a partir das quais desenvolvem técnicas que os auxiliam a perceber riscos e oportunidades no ambiente financeiro. A ausência desse conhecimento pode levar professores a utilizarem produtos financeiros, como crédito e empréstimos, sem a devida compreensão de seus impactos.

De acordo com Silva (2017), o planejamento financeiro é um processo voltado para a conquista de objetivos pessoais por meio de uma gestão adequada das finanças. Esses objetivos podem incluir a aquisição de um imóvel, a garantia da educação de um filho ou o planejamento da aposentadoria. Dessa forma, o planejamento financeiro serve como ferramenta para orientar decisões, possibilitando compreender como cada escolha monetária pode influenciar diferentes aspectos da vida.

Segundo Bayer e Braidó (2017), o planejamento financeiro deve sempre considerar as decisões a serem tomadas e suas possíveis consequências, seja no âmbito pessoal, familiar ou empresarial. Esse processo envolve o estabelecimento de objetivos e metas alinhados a uma perspectiva estratégica, buscando racionalizar os gastos e otimizar o uso dos recursos financeiros disponíveis.

Sendo assim, o planejamento financeiro proporciona aos indivíduos a capacidade de se organizar, tomar decisões adequadas e manter-se informados sobre mudanças no mercado, incluindo questões relacionadas à renda, empréstimos, taxas e outros aspectos relevantes da economia (Hira, 2009). Nesse contexto, a necessidade por educação financeira torna-se ainda

mais evidente, especialmente diante da expansão do setor financeiro. Com o aumento da oferta de produtos e serviços e o avanço tecnológico, é fundamental que os consumidores desenvolvam conhecimento suficiente para tomar decisões mais conscientes e eficazes (Miranda, 2013).

Os benefícios desse conhecimento estendem-se para além da vida cotidiana, pois, conforme Lusardi e Mitchell (2007), em uma perspectiva de longo prazo, a educação financeira está diretamente relacionada ao planejamento da aposentadoria; desse modo, indivíduos financeiramente letrados tendem a controlar melhor seus gastos e a poupar, reduzindo a probabilidade de endividamento futuro.

Apesar desses benefícios, o analfabetismo financeiro pode impulsionar o consumo de itens que, muitas vezes, não são de fato necessários. No contexto brasileiro, há risco de corrosão das economias pessoais, uma vez que o crescimento da oferta de crédito não está vinculado à ampliação de ferramentas de orientação e socialização financeira (Fonseca e Muramatsu, 2008). Tal realidade impacta diretamente categorias profissionais como a dos professores, que frequentemente podem recorrer ao crédito para suprir necessidades imediatas.

Na ausência de meios de planejamento para a elaboração de uma estratégia financeira, ou em razão da aversão ao controle de gastos, poucos indivíduos possuem conhecimento sobre o quanto e onde gastar seus recursos. Em um cenário ideal, as pessoas deveriam registrar suas despesas em cadernos, planilhas ou aplicativos específicos (Albuquerque, 2017).

Mello (2011) afirma que o planejamento e o controle financeiro não são considerados importantes por muitas pessoas, seja pela complexidade percebida em separar receitas e dívidas, seja pela falta de noção sobre por onde iniciar esse processo. No entanto, uma vida financeira saudável pode proporcionar benefícios mesmo sem mudanças significativas na renda, o que reforça a importância do planejamento financeiro como estratégia de enfrentamento do endividamento docente.

O conjunto desses fatores pode levar o indivíduo a realizar compras sem planejamento, fazendo com que gaste mais do que ganha. Soma-se a isso o fato de que ensinar práticas eficazes de controle financeiro não é uma tarefa simples na atualidade, especialmente diante da facilidade de acesso ao crédito, que induz excessivamente ao consumo de bens desnecessários (Santos e Silva, 2014). Quanto à facilidade de acesso ao crédito, Cabral (2014) argumenta que esse é um fator que contribui para o aumento da inadimplência, sobretudo entre indivíduos de baixa renda, perfil no qual se pode enquadrar parte dos professores da rede pública.

Por fim, Silva (2023) afirma que a organização financeira consiste em pensar e decidir com o intuito de melhorar a gestão dos gastos, visando a objetivos futuros e, por consequência,

ampliando a capacidade de enfrentar eventuais dificuldades financeiras, aspecto essencial para a redução do endividamento docente. Diante desse contexto, a ampliação dos conhecimentos sobre a gestão de gastos diante do consumo de bens e serviços mostra-se essencial, especialmente considerando a facilidade de acesso ao crédito, que leva as pessoas a consumirem bens e serviços que, de fato, não são necessários no momento (Moreira e Carvalho, 2013). Portanto, a educação financeira apresenta-se como um elemento central para a compreensão e o enfrentamento do endividamento entre professores.

2.1 COMPORTAMENTO FINANCEIRO E HÁBITOS DE CONSUMO

Os indivíduos apresentam vontades, hábitos e comportamentos distintos e, além disso, adequam suas atitudes de acordo com sua personalidade. Essa diversidade também se reflete na forma como lidam com o dinheiro. Com base nessas atitudes, torna-se possível a construção de um perfil financeiro individual, o que contribui para uma melhor compreensão do comportamento financeiro das pessoas, conforme defendem Cerbasi (2015) e Cherobim e Espejo (2011). No contexto brasileiro, observa-se que poupar e manter uma reserva financeira para emergências futuras ainda não constitui um hábito amplamente difundido (Albuquerque, 2017), o que pode ampliar a vulnerabilidade ao endividamento, sobretudo entre profissionais com renda fixa baixa.

Nesse sentido, Domingos (2013) afirma que a observação do comportamento financeiro constitui uma das primeiras orientações no processo de educação financeira. Para o autor, o primeiro passo consiste na identificação desses comportamentos, pois isso possibilita compreender as atitudes adotadas em relação às finanças pessoais e a forma como os recursos são utilizados no cotidiano. Para o autor, a análise desses comportamentos mostra-se relevante e, por essa razão, pode ser fundamental quando aplicada a grupos profissionais específicos, como os docentes, cujas decisões financeiras precisam se adequar a uma realidade salarial limitada e a múltiplas demandas familiares.

Segundo Campos (2015), uma parcela significativa da população brasileira ainda não desenvolveu o hábito de controlar financeiramente seus gastos pessoais, domésticos e familiares, considerando o curto, médio e longo prazo. O autor ressalta que os recursos financeiros são frequentemente utilizados de maneira desorganizada e sem planejamento prévio para despesas essenciais, como contas de água, luz, telefone, internet, aluguel e alimentação. Nesse contexto, tais práticas podem favorecer situações de endividamento, realidade que

também pode ser observada entre professores, que podem enfrentar dificuldades semelhantes devido à ausência de hábitos financeiros estruturados.

Além disso, Campos (2015) complementa que os gastos com itens supérfluos e futilidades representam um entrave ao equilíbrio financeiro, pois poderiam ser evitados, contribuindo para a formação de hábitos mais conscientes e para um melhor gerenciamento entre receitas e despesas. Quanto aos fatores externos, Domingos (2013) aponta a forte influência da mídia sobre os consumidores, por meio de propagandas e estratégias de marketing que estimulam o consumo de produtos muitas vezes desnecessários, interferindo diretamente na formação dos hábitos financeiros e ampliando o risco de endividamento.

Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019) concordam que o letramento financeiro pode atuar como um elemento fundamental para a promoção da inclusão financeira. Sob essa perspectiva, a inclusão financeira é compreendida como o conjunto de direitos e deveres que orientam a participação dos indivíduos em sua vida financeira cotidiana, tendo como pilares a educação financeira, a proteção dos usuários de serviços financeiros e a efetiva inserção dos indivíduos no sistema financeiro. Segundo os autores, a educação financeira exerce influência direta sobre o comportamento das pessoas, contribuindo para maior controle sobre compras compulsivas, menor propensão ao endividamento e uso mais adequado dos instrumentos de crédito. Dessa forma, o letramento financeiro desempenha um papel relevante na formação de hábitos financeiros mais conscientes, reduzindo práticas como a compulsividade, a tendência ao endividamento e a utilização inadequada de ferramentas de crédito.

As dívidas, por sua vez, assumem grande relevância no cenário econômico atual e não podem ser interpretadas como um fenômeno isolado, uma vez que estão diretamente associadas a padrões de comportamento, hábitos de consumo e fatores sociais (Potrich *et al.*, 2016). Nesse sentido, as decisões relacionadas ao uso da renda, ao consumo e à organização das despesas podem contribuir tanto para a prevenção quanto para o aumento do comprometimento financeiro. A maneira como os indivíduos administram seus recursos, estabelecem prioridades e lidam com suas necessidades de consumo também pode refletir diferentes formas de comportamento diante das questões financeiras. Diante disso, compreender os hábitos financeiros torna-se fundamental para a análise de grupos específicos, permitindo identificar características próprias de seu comportamento financeiro e subsidiar a compreensão de seu perfil financeiro. Essa análise possibilita observar como esses profissionais organizam sua renda, controlam suas despesas e enfrentam seus compromissos financeiros, contribuindo para uma compreensão mais ampla de sua realidade econômica e das condições que podem favorecer o surgimento ou a manutenção de dívidas.

3 ENDIVIDAMENTO

O endividamento pode ser compreendido como um fenômeno multifacetado, resultante de diversos fatores, entre os quais se destacam o desemprego, as instabilidades econômicas, o acúmulo de obrigações financeiras associadas a juros elevados e a gestão inadequada dos recursos patrimoniais (Henn, 2015). De forma complementar, Rossato, Beskow e Pinto (2019) definem o endividamento como a assunção de compromissos financeiros decorrentes da aquisição de bens ou serviços com pagamento previsto para períodos futuros, seja pela ausência de recursos imediatos, seja pela decisão do consumidor de postergar o uso do capital disponível. Essas definições permitem compreender o endividamento não apenas como um problema pontual, mas como uma condição que pode se estruturar ao longo do tempo.

Nesse sentido, Carvalho, Sousa e Fuentes (2017) afirmam que o endividamento consiste na existência de uma obrigação financeira que se extingue somente após sua quitação. Tal condição está diretamente relacionada à antecipação do consumo, visto que a contração de uma dívida, por si só, já caracteriza o indivíduo como endividado. Além disso, o endividamento pode decorrer do descumprimento de compromissos financeiros assumidos após a utilização de bens ou serviços, contribuindo para o acúmulo progressivo de dívidas e agravando a situação financeira ao longo do tempo.

Diante desse cenário, torna-se relevante compreender que o consumo planejado e consciente não implica a eliminação de gastos nem a restrição excessiva do ato de consumir, mas a definição de prioridades nas despesas, valorizando aquelas consideradas essenciais e reduzindo as que não agregam benefício significativo. No contexto dos professores, essa prática torna-se ainda mais necessária, considerando que, em muitos casos, a renda mensal é limitada e comprometida por despesas fixas. Assim, os elevados níveis de endividamento exercem impactos significativos sobre a qualidade de vida desses profissionais, o que reforça a importância de estratégias como poupar e investir recursos financeiros para alcançar maior estabilidade econômica e viabilizar a realização de objetivos pessoais e profissionais (Resende e Costa, 2017).

Quando o endividamento evolui para o não cumprimento das obrigações financeiras, configura-se a inadimplência. Segundo Tolotti (2007), a inadimplência ocorre quando o indivíduo deixa de honrar seus compromissos dentro de um prazo que pode variar entre um e três meses, evidenciando a incapacidade de manter os pagamentos em dia. Essa condição representa uma etapa crítica do endividamento, pois amplia suas consequências financeiras e emocionais.

Diversos fatores contribuem para o agravamento do endividamento, destacando-se a dificuldade em manter o pagamento regular das obrigações mensais, especialmente aquelas relacionadas às despesas fixas e a outros gastos recorrentes. Soma-se a isso o uso frequente de instrumentos de crédito, como o cheque especial e o cartão de crédito, que, quando utilizados de forma inadequada, tendem a intensificar o acúmulo de dívidas (Cerbasi, 2015). Dessa forma, o endividamento passa a assumir características cíclicas, dificultando a recuperação financeira.

Tolotti (2007) ressalta que o endividamento tende a se configurar como um ciclo prejudicial, capaz de comprometer o descanso, abalar a autoconfiança e afetar a estabilidade emocional dos indivíduos. No caso dos professores, tais efeitos podem ser ainda mais intensos, uma vez que a sobrecarga financeira se soma às demandas profissionais e emocionais inerentes à atividade docente. De forma complementar, Domingos (2013) aponta que o endividamento pode gerar dependência em relação aos credores, restringindo a autonomia financeira e dificultando a manutenção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Nesse contexto, evidencia-se a importância do conhecimento financeiro como instrumento de prevenção. Para os professores, a posse de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais torna-se essencial, pois possibilita escolhas financeiras mais responsáveis e contribui para a redução de gastos desnecessários. Dessa forma, torna-se fundamental que possuam, ao menos, conhecimentos básicos sobre finanças pessoais, considerando comportamentos e atitudes que podem intensificar o endividamento (Piccini e Pinzetta, 2014).

O letramento financeiro configura-se, assim, como um elemento central para o controle dos gastos pessoais e para a prevenção do endividamento. A educação financeira, quando articulada às condições econômicas locais, apresenta potencial para reduzir os níveis de endividamento das famílias, ao promover a conscientização quanto à importância do planejamento financeiro, do estabelecimento de limites de gastos e da distinção entre despesas essenciais e aquelas passíveis de adiamento. Ademais, a atuação do poder público pode ampliar o alcance dessas iniciativas por meio de políticas que incentivem a difusão da educação financeira em âmbito nacional e sua inserção nos espaços educacionais (Silva *et al.*, 2017).

Além do ambiente institucional, a educação financeira pode ser desenvolvida no âmbito familiar, por meio da adoção de métodos e estratégias voltados à utilização eficiente das receitas, considerando também os aspectos éticos e morais envolvidos na administração dos recursos financeiros (Manfredini, 2007). Nesse sentido, Huston (2010) destaca que o letramento financeiro vai além do simples domínio sobre o uso do dinheiro, constituindo-se como um conhecimento mais amplo que subsidia a tomada de decisões individuais. Em contrapartida, a

ausência desse conhecimento compromete a consciência financeira necessária para o controle adequado das despesas, favorecendo situações de endividamento.

Diante dessas considerações, torna-se fundamental a administração eficiente dos recursos financeiros, bem como o estabelecimento de objetivos claros e relevantes (Santos e Silva, 2014). No caso dos professores, especialmente aqueles da educação básica, a combinação entre renda mensal reduzida e limitações no acesso à educação financeira pode contribuir para o aumento do endividamento. Lusardi e Mitchell (2007) destacam que baixos níveis de escolaridade financeira estão associados a maior vulnerabilidade econômica, o que reforça a necessidade de ações voltadas à proteção financeira desses profissionais.

Nessa perspectiva, Cerbasi (2015) destaca que o entendimento da própria realidade financeira representa o ponto de partida para que os indivíduos exerçam um controle mais eficaz sobre suas finanças pessoais. Entretanto, Ferreira (2008) observa que o endividamento tem sido progressivamente naturalizado, passando a ser encarado como parte do cotidiano, e não como consequência de decisões financeiras conscientes e alinhadas à realidade econômica individual. Essa naturalização contribui para o agravamento da inadimplência e de seus efeitos.

Além disso, a inadimplência pode desencadear sentimentos de insatisfação financeira, impactando diferentes dimensões da vida dos indivíduos. No contexto dos professores, esses efeitos refletem diretamente no ambiente escolar, podendo comprometer a concentração, a motivação e o desempenho profissional. Dessa forma, o endividamento excessivo não se limita à esfera financeira, mas pode influenciar negativamente a prática docente e a qualidade do trabalho desenvolvido em sala de aula (Delafróoz e Paim, 2011).

Nesse sentido, estudos empíricos têm evidenciado a materialização dessas dificuldades financeiras no cotidiano docente. Moreira e Carvalho (2013) realizaram entrevistas com profissionais docentes e verificaram que mais de 40% dos entrevistados não conseguem poupar nenhuma fração de seu salário. Na mesma pesquisa, constatou-se que esses profissionais gastam mais do que recebem mensalmente, evidenciando a necessidade de alguma fonte de renda complementar. Essa pesquisa, embora realizada em outro contexto (Campo Formoso, BA), evidencia a pertinência de investigar essa problemática no cenário específico de Regeneração (PI), dada a possível similaridade de desafios enfrentados pela categoria docente em municípios de menor porte.

No que se refere à gestão da renda, o Modelo da Renda Permanente, desenvolvido por Friedman (1957), estabelece que a receita das pessoas é composta por componentes fixos e variáveis. A renda fixa corresponde à receita média esperada ao longo da vida, enquanto a renda

variável é formada por rendimentos incertos e não garantidos, os quais não devem ser considerados permanentes no planejamento financeiro.

De forma complementar, Santos (2014) propõe a classificação das despesas em fixas e variáveis. As despesas fixas correspondem àquelas recorrentes e relativamente estáveis, como aluguel, parcelas de financiamentos, condomínio, mensalidades escolares e serviços de internet. Já as despesas variáveis referem-se àquelas passíveis de redução ou eliminação, como gastos com lazer, vestuário e eventos sociais. Quanto às receitas, as de caráter fixo permanecem constantes, como salários e honorários, enquanto as receitas variáveis correspondem a rendimentos eventuais ou não recorrentes.

Dessa maneira, as famílias tendem a orientar suas decisões de consumo com base na renda fixa, evitando comprometer recursos de caráter variável. A utilização inadequada dessa renda pode favorecer o endividamento e comprometer a saúde financeira familiar. Nesse sentido, Lisboa (2012) ressalta que o nível de endividamento tende a ser menor entre indivíduos que utilizam instrumentos de controle financeiro e possuem consciência de sua importância na gestão das finanças pessoais.

Adriano (2022) reforça que a falta de organização financeira, aliada à ausência de planejamento adequado, expõe indivíduos e famílias a diversos problemas de natureza econômica, entre eles o endividamento, além de outros fatores de risco que afetam diretamente o bem-estar financeiro. Esse cenário torna-se ainda mais complexo diante das constantes mudanças governamentais relacionadas à economia, como variações nas taxas e a ampliação da base monetária, que exercem influência direta sobre a vida dos indivíduos e a saúde financeira das famílias (Jesus *et al.*, 2023).

Esses fatores figuram entre os principais responsáveis pelas oscilações nos preços de bens e serviços, impactando significativamente as decisões de consumo. Paralelamente, as transformações econômicas recentes, associadas ao acesso facilitado ao crédito e à ampla oferta de produtos financeiros, têm estimulado o aumento do consumo. Como resultado, observa-se uma maior propensão ao endividamento, que, em determinados casos, atinge níveis capazes de comprometer a capacidade de quitação das obrigações financeiras assumidas (Campara; Vieira; Ceretta, 2016).

3.1 ENDIVIDAMENTO, BEM-ESTAR FINANCEIRO E QUALIDADE DE VIDA

O bem-estar financeiro está diretamente relacionado à forma como os indivíduos administram suas obrigações econômicas, sendo a inadimplência um dos principais fatores que

comprometem essa condição. As dificuldades decorrentes do endividamento repercutem em diferentes dimensões da vida, afetando não apenas a estabilidade financeira, mas também a qualidade de vida e a saúde dos indivíduos (Clayton et al., 2015), configurando-se como um importante determinante socioeconômico, com impactos sobre a saúde física e mental da população (Hojman, Miranda e Ruiz-Tagle, 2016). Entre os professores, essa relação assume relevância particular, uma vez que o exercício da docência exige estabilidade emocional e cognitiva que pode ser diretamente afetada por dificuldades financeiras recorrentes.

A maneira como cada indivíduo percebe e administra o dinheiro exerce influência direta sobre seu comportamento financeiro. Kunkel et al. (2015) apontam que a insegurança e a preocupação em relação às finanças podem alterar as decisões de consumo, enquanto os significados atribuídos ao dinheiro estão associados à maior ou menor propensão às compras compulsivas e ao consumo excessivo. Em contrapartida, o bem-estar financeiro tem se consolidado como um tema de crescente interesse nos estudos sobre finanças pessoais, por estar diretamente relacionado à capacidade de administrar os recursos financeiros de forma equilibrada e sustentável. Mais do que a obtenção de renda, o bem-estar financeiro depende da gestão consciente das finanças, contribuindo para a redução de preocupações econômicas e para a melhoria da qualidade de vida e da saúde mental dos indivíduos (Campara, Vieira e Potrich, 2017). O bem-estar financeiro também é influenciado por características socioeconômicas e demográficas, como renda, ocupação, estado civil, idade, escolaridade e número de dependentes, fatores que afetam diretamente a capacidade de organização financeira e que tornam pertinente considerar o perfil sociodemográfico e financeiro dos docentes ao se discutir seu bem-estar.

Nessa perspectiva mais delimitada, Domingos (2013) aponta que o endividamento pode gerar dependência em relação aos credores, restringindo a autonomia financeira e dificultando a manutenção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Além disso, o comprometimento da renda com dívidas pode limitar a capacidade de organização financeira e dificultar o atendimento de outras necessidades do cotidiano. Entre os professores, esses efeitos assumem contornos particulares, uma vez que a sobrecarga financeira tende a se somar às já elevadas demandas emocionais e cognitivas inerentes à atividade docente, podendo comprometer a concentração, a motivação e a qualidade do trabalho desenvolvido em sala de aula (Delafróoz e Paim, 2011). Compreender o endividamento docente exige, portanto, olhar não apenas para seus aspectos estritamente financeiros, mas também para seus reflexos sobre o bem-estar e o desempenho profissional desses trabalhadores, considerando os impactos que as dificuldades financeiras podem provocar em sua rotina.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia foi estruturada de modo a assegurar coerência entre o problema de pesquisa, os objetivos propostos, os procedimentos de coleta de dados e as técnicas de análise empregadas, visando analisar as principais causas do endividamento dos professores efetivos da rede municipal de ensino de Regeneração (PI). Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, por buscar ampliar o conhecimento acerca do fenômeno investigado e descrever as características da população estudada, conforme a classificação proposta por Gil (2022). Adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, pois possibilitou a coleta e a análise integrada de dados quantitativos, relacionados ao perfil financeiro, ao letramento em educação financeira e ao nível de endividamento, e de dados qualitativos das respostas discursivas dos participantes. Essa combinação metodológica permitiu uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado, contribuindo para a identificação dos fatores associados ao endividamento e para subsidiar futuras ações de orientação financeira.

4.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, uma vez que buscou gerar conhecimentos voltados para a compreensão e possível solução de um problema concreto, relacionado ao endividamento dos professores efetivos da rede municipal de Regeneração (PI). Os resultados obtidos podem contribuir para a elaboração de estratégias de educação financeira e para a melhoria da qualidade de vida desses profissionais.

Quanto à abordagem, a pesquisa é classificada como quali-quantitativa, pois utilizou-se tanto métodos quantitativos quanto qualitativos na análise dos dados. A abordagem quantitativa permite identificar e mensurar o conhecimento financeiro, bem como as principais causas do endividamento dos professores. Já a abordagem qualitativa possibilitou uma compreensão mais aprofundada da influência do endividamento na qualidade de vida dos docentes, considerando suas percepções e experiências. A combinação dessas abordagens proporcionou uma análise mais ampla e consistente do objeto de estudo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória por buscar maior familiaridade com o fenômeno do endividamento entre professores efetivos da rede municipal de Regeneração (PI), ampliando a compreensão sobre suas causas e características em um contexto ainda pouco investigado. Descritiva por ter como finalidade descrever o perfil financeiro dos docentes, bem como identificar e analisar as

principais causas de endividamento e seus impactos na qualidade de vida, sem a intenção de estabelecer relações de causalidade ou interferir na realidade estudada.

Quanto aos procedimentos técnicos, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica e uma etapa de campo. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de artigos científicos, teses e outros materiais já publicados, com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo, enquanto a pesquisa de campo foi realizada junto aos docentes da rede municipal de Regeneração (PI).

4.2 ROTEIRO DE PESQUISA

A pesquisa foi conduzida conforme um planejamento previamente definido (Quadro 1), no qual as atividades investigativas foram organizadas de forma sequencial e articulada. Esse planejamento orientou o andamento do estudo, delimitando os procedimentos adotados em cada momento da investigação e assegurando que as ações desenvolvidas estivessem diretamente relacionadas aos propósitos estabelecidos. Assim, tornou-se possível conduzir o estudo de maneira organizada, favorecendo a consistência da análise e a clareza dos resultados obtidos.

Quadro 1 - Roteiro Metodológico

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Roteiro da Pesquisa
Analisar os fatores que contribuem para o endividamento dos professores efetivos da rede municipal de ensino de Regeneração (PI).	Descrever o perfil financeiro dos docentes da rede municipal de regeneração (PI).	Etapa 1: Levantamento teórico sobre estrutura orçamentária familiar, planejamento financeiro e hábitos de consumo, a partir da literatura científica.
		Etapa 2: Elaboração e aplicação do questionário contendo questões objetivas voltadas à caracterização sociodemográfica e financeira dos docentes.
		Etapa 3: Sistematização e interpretação dos dados coletados, permitindo a construção de um panorama financeiro dos participantes.
	Investigar o nível de conhecimento sobre educação financeira dos professores da rede municipal de regeneração (PI).	Etapa 4: Levantamento teórico sobre educação financeira e sua relação com o endividamento docente, a partir da literatura científica.
		Etapa 5: Elaboração e aplicação de questões específicas do questionário voltadas à autoavaliação do conhecimento financeiro dos docentes
		Etapa 6: Sistematização e interpretação dos dados coletados, confrontando o nível de conhecimento relatado pelos docentes com o referencial teórico sobre educação financeira.

	Avaliar a influência das causas de endividamento na qualidade de vida dos professores da rede municipal de Regeneração (PI).	Etapa 7: Levantamento teórico sobre endividamento, inadimplência e seus impactos na qualidade de vida e no bem-estar, a partir da literatura científica.
		Etapa 8: Elaboração e aplicação de questões específicas do questionário voltadas à identificação das dívidas atuais, ao comprometimento da renda e aos efeitos do endividamento na vida pessoal e profissional.
		Etapa 9: Sistematização e interpretação dos dados coletados, analisando a relação entre o endividamento identificado e a qualidade de vida relatada pelos docentes.

Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

4.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada em duas etapas distintas, de modo a garantir fundamentação teórica consistente e alinhamento com os objetivos da pesquisa.

Na primeira etapa, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, com foco na identificação de estudos científicos relacionados à educação financeira e ao endividamento docente. As buscas foram realizadas prioritariamente na base de dados SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*) e, de forma complementar, no Portal de Periódicos da CAPES. Para a seleção dos estudos, foram empregadas as palavras-chave: educação financeira, fatores socioeconômicos, bem-estar financeiro e endividamento docente.

Como critérios de refinamento, foram considerados artigos científicos publicados entre janeiro de 2021 e outubro de 2025, redigidos em língua portuguesa e contendo os descritores palavras-chave nos campos "título ou resumo" e "palavras-chave". A partir desses critérios, foram identificados 44 artigos potencialmente relevantes, dos quais 13 foram selecionados por apresentarem maior aderência ao tema e aos objetivos da pesquisa, servindo de base tanto para a construção do referencial teórico quanto para a elaboração do instrumento de coleta de dados.

Na segunda etapa, realizou-se a pesquisa de campo junto aos professores efetivos da rede municipal de ensino de Regeneração (PI). O instrumento de coleta consistiu em um questionário estruturado, elaborado a partir da adaptação de questões utilizadas em dissertações e teses relacionadas à educação financeira, ao comportamento financeiro e ao endividamento, sendo posteriormente adequado aos objetivos específicos desta pesquisa. Antes da aplicação definitiva, foi realizado um pré-teste com cinco professores, com a finalidade de avaliar a clareza, a compreensão e a adequação das questões propostas. Após essa etapa, foram realizados

ajustes pontuais na redação de algumas perguntas, visando aprimorar sua compreensão, sem alterar a estrutura do instrumento ou os construtos investigados.

A coleta de dados ocorreu presencialmente durante a primeira, segunda e terceira semanas de maio de 2026. Os participantes responderam ao questionário por meio de formulário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Forms no momento da aplicação. O instrumento foi composto por 21 questões, sendo 20 objetivas e uma subjetiva e dividido em dois grandes blocos: Identificação, contendo 8 questões fechadas e contemplando informações referentes a caracterização sociodemográfico dos docentes, e o segundo bloco: Específicas com 12 questões fechadas e 1 aberta, abrangendo o perfil financeiro dos professores, o nível de conhecimento em educação financeira e aos fatores relacionados ao endividamento dos participantes. A questão subjetiva teve como finalidade possibilitar que os participantes descrevessem, de forma livre, os impactos de sua situação financeira na vida pessoal e profissional, permitindo uma compreensão mais aprofundada de suas percepções sobre o fenômeno investigado.

4.4 AMOSTRA DA PESQUISA

A amostra da pesquisa foi composta por professores efetivos da rede municipal de ensino do município de Regeneração (PI). De acordo com informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação, a população do estudo era constituída por 133 professores efetivos. A amostra foi selecionada de forma não probabilística, por conveniência, considerando a acessibilidade e a disponibilidade dos participantes em responder ao instrumento de coleta de dados. Optou-se pela amostragem não probabilística por conveniência, em razão da facilidade de acesso aos participantes e da disponibilidade para responder ao questionário, conforme (Gil, 2008).

Participaram da pesquisa 34 professores, correspondendo a aproximadamente 25,6% da população do estudo. A participação dos docentes ocorreu de forma voluntária, mediante a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando os princípios éticos da pesquisa científica e garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas. Foram considerados para análise apenas os questionários respondidos integralmente. Os questionários que apresentaram respostas incompletas ou que impossibilitassem a análise das informações foram descartados. Os 34 questionários válidos permitiram atingir os objetivos propostos pela pesquisa, possibilitando descrever o perfil

financeiro dos participantes, investigar seu nível de conhecimento acerca da educação financeira e avaliar a influência das causas do endividamento na qualidade de vida dos docentes.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados quantitativos obtidos por meio das questões objetivas do questionário foram analisados por meio de estatística descritiva, utilizando-se o cálculo de frequências absolutas e relativas (percentuais), possibilitando sintetizar e apresentar as informações de forma objetiva. Ressalta-se que, nas questões que permitiam múltiplas respostas, os percentuais apresentados podem totalizar mais de 100%, uma vez que cada participante pôde selecionar mais de uma alternativa.

Os dados qualitativos, provenientes da única questão discursiva do questionário, referente aos efeitos da situação financeira na vida pessoal e profissional dos docentes, foram analisados por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Considerando a natureza do instrumento de coleta, a técnica foi empregada como procedimento para sistematizar e interpretar as respostas discursivas. O procedimento compreendeu as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Inicialmente, realizou-se a leitura flutuante e repetida das respostas, visando à familiarização com o material e à identificação dos sentidos predominantes. Em seguida, cada resposta foi considerada uma unidade de registro, sendo codificada e agrupada em categorias temáticas definidas a partir da recorrência e da proximidade de significados. Por fim, procedeu-se à quantificação da frequência de ocorrência das categorias e à interpretação dos resultados, relacionando-os aos objetivos da pesquisa e ao referencial teórico adotado.

As categorias temáticas resultantes da análise de conteúdo foram empregadas exclusivamente para organizar e interpretar as respostas dos participantes, permitindo identificar os temas mais recorrentes relacionados aos impactos da situação financeira na vida pessoal e profissional dos docentes. A partir dessa organização, foi possível agrupar respostas com conteúdo semelhante e identificar os principais aspectos mencionados pelos participantes.

Para a organização, tabulação e análise dos dados, foi utilizado o software Microsoft Excel, que auxiliou na elaboração de tabelas e gráficos, contribuindo para a sistematização e visualização dos resultados obtidos. O programa também permitiu o cálculo das frequências e dos percentuais referentes às respostas do questionário, facilitando a identificação das características predominantes entre os participantes e a comparação entre as diferentes variáveis analisadas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário aos professores efetivos da rede municipal de ensino de Regeneração (PI), tendo como propósito analisar os fatores que contribuem para o endividamento desses profissionais, objetivo geral desta pesquisa. O instrumento de coleta foi estruturado em blocos temáticos, elaborados com base nos objetivos específicos e no referencial teórico apresentado anteriormente, de modo a permitir que as respostas dos docentes fossem analisadas em diálogo direto com as discussões conceituais sobre educação financeira, estrutura orçamentária e endividamento. Dessa forma, a discussão dos resultados não se limita a descrever os dados obtidos, mas busca confrontá-los com a literatura estudada, identificando pontos de convergência e divergência entre o que é discutido teoricamente e o que se observa, na prática, entre os professores pesquisados.

Para o alcance do objetivo geral, foram estabelecidos três objetivos específicos: a) descrever o perfil financeiro dos docentes; b) investigar o nível de conhecimento dos professores acerca da educação financeira; e c) avaliar a influência das causas do endividamento na qualidade de vida dos professores. Inicialmente, apresenta-se o perfil sociodemográfico dos participantes (5.1) com o objetivo de caracterizar a amostra investigada. Em seguida, são apresentados os resultados referentes ao perfil financeiro dos docentes (5.2), atendendo ao objetivo específico "a". Na sequência, discute-se o nível de conhecimento dos docentes acerca da educação financeira (5.3), atendendo ao objetivo específico "b". Por fim, aborda-se a influência do endividamento na qualidade de vida dos docentes (5.4), atendendo ao objetivo específico "c", momento em que os resultados são discutidos à luz dos conceitos de endividamento e inadimplência apresentados no referencial teórico. Cada questão é apresentada com seu respectivo gráfico e discutida individualmente à luz do referencial teórico. Ao fim de cada tópico deste capítulo é apresentada uma breve síntese com as informações obtidas.

5.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS DOCENTES

Este primeiro bloco de análise que trata das questões 1 a 8 (Tabela 1), tem como objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico dos professores respondentes, incluindo seu gênero, faixa etária, estado civil, composição familiar, número de dependentes financeiros, escolaridade, tempo de docência e renda individual, etapa que precede a discussão sobre as causas do endividamento propriamente dito, com base nos objetivos específicos da pesquisa.

Tabela 1 – Características sociodemográficas da amostra (frequência= 34)

Variável	Categoria	Frequência	%
Gênero	Feminino	24	70,6
	Masculino	10	29,4
Faixa etária	18 a 29 anos	3	8,8
	30 a 40 anos	15	44,1
	41 a 50 anos	9	26,5
	51 a 60 anos	5	14,7
	Mais de 60 anos	2	5,9
Estado civil	Solteiro(a)	13	38,2
	Casado(a)	15	44,1
	União estável	3	8,8
	Separado(a)/Divorciado(a)	2	5,9
	Viúvo(a)	1	2,9
Núcleo familiar	1 pessoa	4	11,8
	2 a 3 pessoas	22	64,7
	4 a 5 pessoas	6	17,6
	Mais de 5 pessoas	2	5,9
Dependentes financeiros	Nenhum	10	29,4
	1 a 2 dependentes	21	61,8
	3 a 4 dependentes	3	8,8
Escolaridade	Graduação	21	61,8
	Especialização	13	38,2
Tempo de atuação na docência	Menos de 1 ano	1	2,9
	1 a 5 anos	15	44,1
	6 a 10 anos	5	14,7
	11 a 15 anos	3	8,8
	16 a 20 anos	2	5,9
	Mais de 20 anos	8	23,5
Faixa de renda individual líquida	Até 1 salário mínimo.	3	8,8
	Mais de 1 a 2 salários mínimos.	23	67,6
	Mais de 2 a 4 salários mínimos.	6	17,6
	Mais de 4 a 6 salários mínimos.	1	2,9
	Mais de 6 a 8 salários mínimos.	1	2,9

Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

Na Tabela 1, são apresentados os dados da caracterização sociodemográfica dos docentes participantes. Observa-se predominância do sexo feminino (70,6%). Em relação à faixa etária, a maior concentração está entre 30 e 40 anos (44,1%), seguida da faixa de 41 a 50 anos (26,5%), indicando um grupo predominantemente em idade economicamente ativa.

Quanto ao estado civil, predominam os participantes casados(as) (44,1%) e solteiros(as) (38,2%). Em relação à composição familiar, a maioria possui núcleo de duas a três pessoas (64,7%) e de um a dois dependentes financeiros (61,8%). Segundo Domingos (2013), as decisões financeiras dos docentes precisam se adequar não apenas à realidade salarial da

categoria, mas também a múltiplas demandas familiares, reforçando a relevância de mapear a composição familiar e o número de dependentes financeiros desse grupo.

Quanto à escolaridade, todos os participantes possuem ensino superior, sendo 61,8% graduados e 38,2% especialistas. Apesar do elevado nível de formação acadêmica, esse resultado não permite inferir maior conhecimento sobre finanças pessoais, uma vez que o letramento financeiro depende de competências específicas relacionadas à gestão dos recursos e à tomada de decisões financeiras (Lusardi; Mitchell, 2007).

No tempo de atuação na docência, observa-se predominância de profissionais com um a cinco anos de carreira (44,1%), indicando um grupo ainda em fase de consolidação profissional.

Quanto à renda individual líquida, 67,6% dos docentes recebem entre mais de um e dois salários mínimos. Esse resultado demonstra uma concentração dos participantes em uma faixa de renda relativamente limitada, tornando a gestão dos recursos um aspecto relevante para a manutenção do equilíbrio financeiro. Esse resultado está em concordância com Cabral (2014), que enquadra parte dos professores da rede pública no perfil de indivíduos de baixa renda, situação que se confirma na concentração da amostra nessa faixa salarial.

De forma geral, a caracterização sociodemográfica indica um grupo formado majoritariamente por docentes com responsabilidades familiares, renda concentrada em uma mesma faixa salarial e elevado nível de escolaridade formal. Esses aspectos fornecem elementos importantes para compreender os resultados das próximas análises, considerando que o endividamento está relacionado não apenas à renda, mas também aos hábitos de consumo, ao planejamento financeiro e às decisões adotadas pelos indivíduos (Potrich et al., 2016).

5.2 PERFIL FINANCEIRO DOS DOCENTES

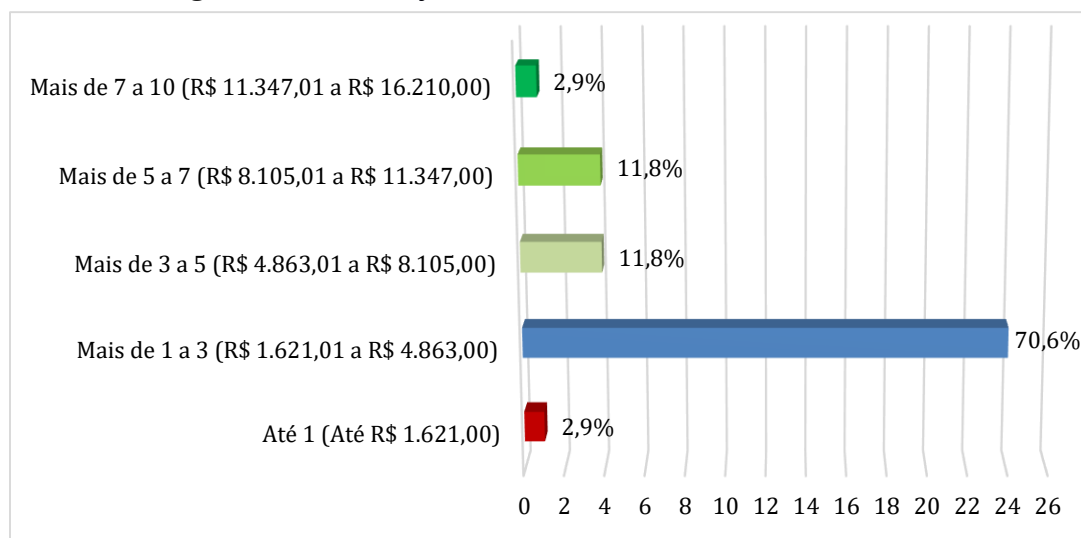
Este tópico atende ao objetivo específico de descrever o perfil financeiro dos docentes, sendo organizado em dois subtópicos complementares: a estrutura financeira familiar e o comportamento financeiro e hábitos de consumo do grupo pesquisado.

5.2.1 Estrutura financeira familiar

Este subtópico (Figuras 1, 2 e 3) volta-se à estrutura financeira do núcleo familiar dos docentes e ao comportamento orçamentário resultante dessa estrutura, contemplando a composição da renda familiar, o número de pessoas que contribuem para essa renda, o equilíbrio

do orçamento mensal, e a percepção dos docentes sobre a relação entre planejamento financeiro e endividamento.

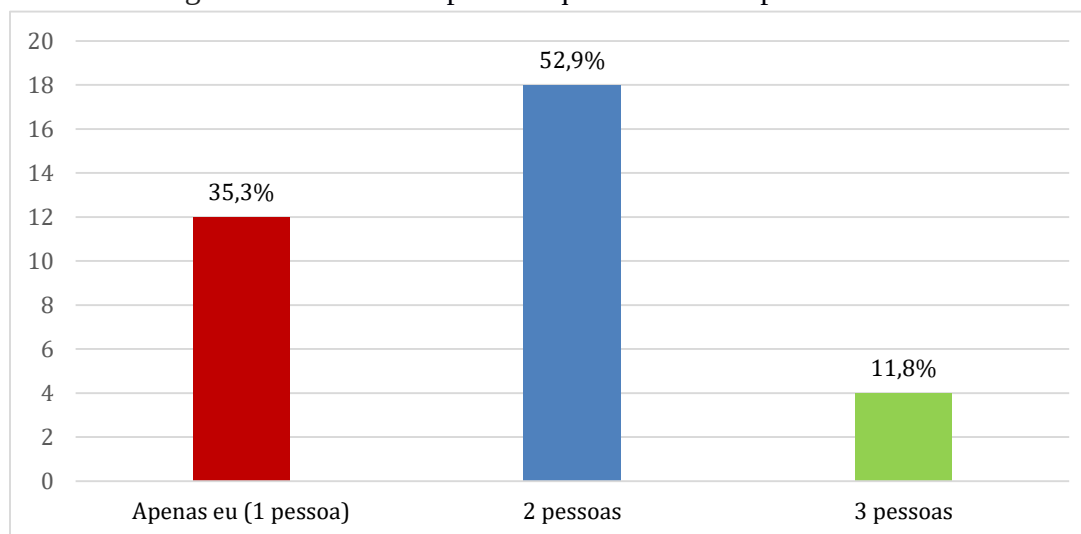
Figura 1 - Distribuição da renda familiar mensal total dos docentes



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

Na figura 1, a pesquisa revela que 70,6% dos núcleos familiares dos docentes vivem com renda entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto apenas 2,9% estão na faixa mais baixa de até 1 salário mínimo e 2,9% na faixa mais alta de 7 a 10 salários mínimos. Esse perfil de renda concentrada nas faixas mais baixas pode ampliar a vulnerabilidade ao endividamento, sobretudo entre profissionais com renda fixa baixa, conforme descreve (Albuquerque, 2017).

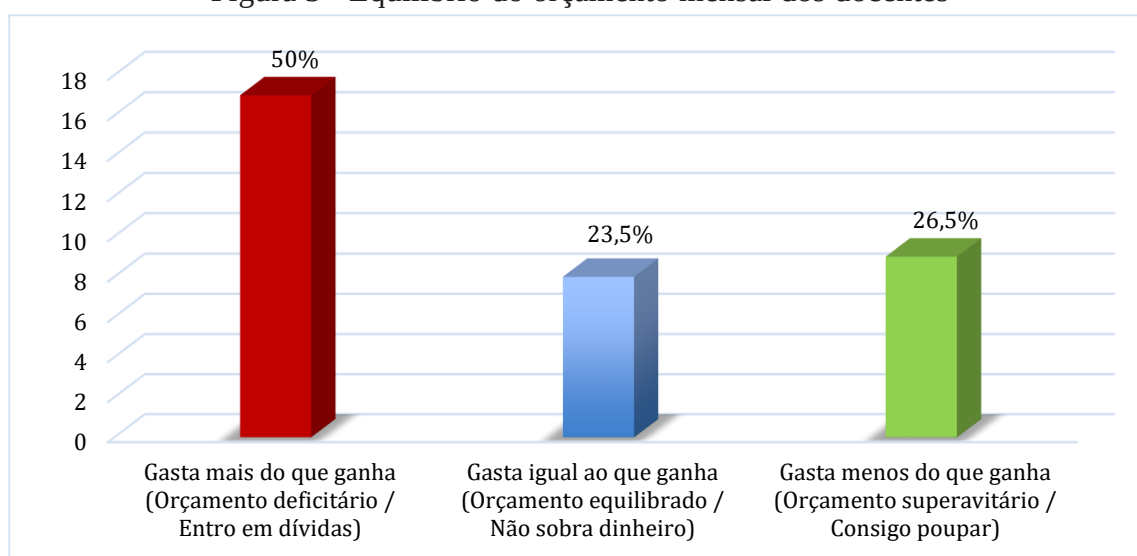
Figura 2 - Número de pessoas que contribuem para a renda familiar



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

Na figura 2, a maior parte das famílias conta com duas pessoas contribuindo para a renda (52,9%), enquanto 35,3% dos docentes dependem exclusivamente da própria renda para sustentar o lar, e apenas 11,8% contam com três contribuintes. O dado complementa a questão anterior (Figura 1), em que a maioria das famílias declarou renda entre 1 e 3 salários mínimos. Com a maior parte dos núcleos familiares dependendo de apenas um ou dois contribuintes, essa concentração em faixas de renda mais baixas se torna ainda mais compreensível, já que não há, na maioria dos casos, várias fontes de renda somando-se para elevar esse valor.

Figura 3 - Equilíbrio do orçamento mensal dos docentes



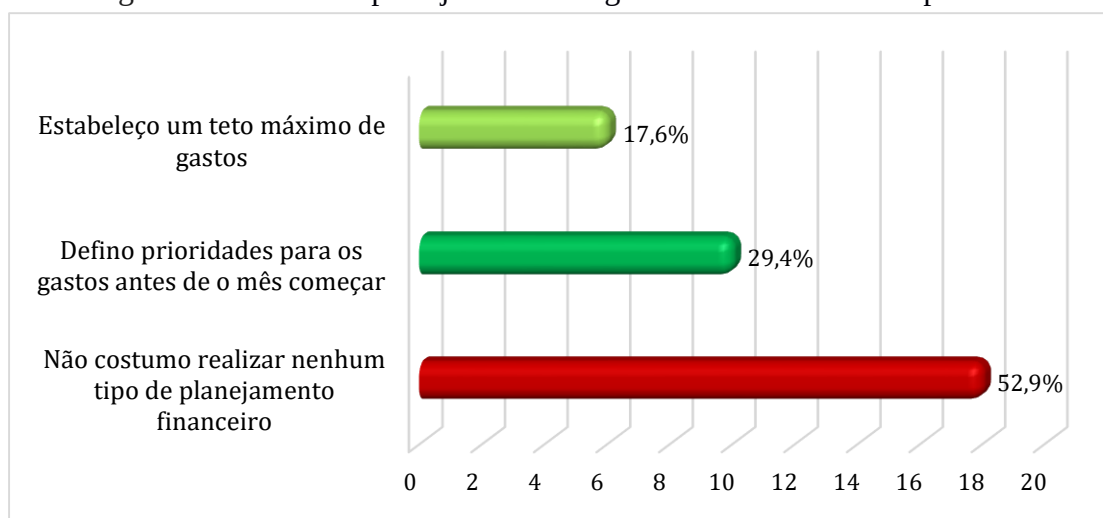
Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

A Figura 3 demonstra que, metade dos docentes 50% admite gastar mais do que ganha, caracterizando um orçamento deficitário, enquanto 23,5% consideram seu orçamento equilibrado e 26,5% conseguem gastar menos do que recebem. Esse resultado encontra respaldo direto no achado empírico de Moreira e Carvalho (2013), que constataram que mais de 40% dos docentes entrevistados em pesquisa similar gastavam mais do que recebiam mensalmente, um padrão bastante próximo do observado aqui, ainda que em contexto municipal diferente.

5.2.2 Comportamento financeiro e hábitos de consumo

Este subtópico (Figuras 4, 5 e 6) aborda os hábitos de planejamento e controle dos gastos mensais, bem como a capacidade de poupança dos docentes, comportamentos financeiros que complementam a caracterização do perfil financeiro do grupo.

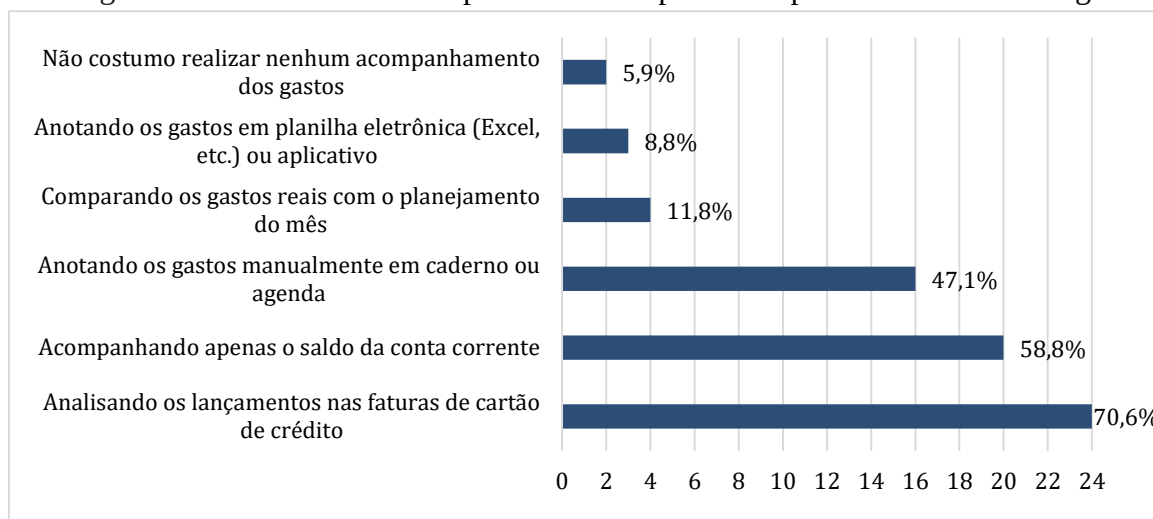
Figura 4 - Formas de planejamento dos gastos mensais adotadas pelos docentes



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

Na Figura 4, mais da metade dos docentes 52,9% afirma não realizar nenhum tipo de planejamento financeiro, enquanto 29,4% definem prioridades, e apenas 17,6% estabelecem um teto máximo de gastos antes do mês começar. Campos (2015) já apontava que parcela significativa da população não desenvolveu esse hábito de controle sobre os próprios gastos, cenário que se confirma entre os docentes pesquisados.

Figura 5 - Métodos utilizados pelos docentes para acompanhar o controle dos gastos

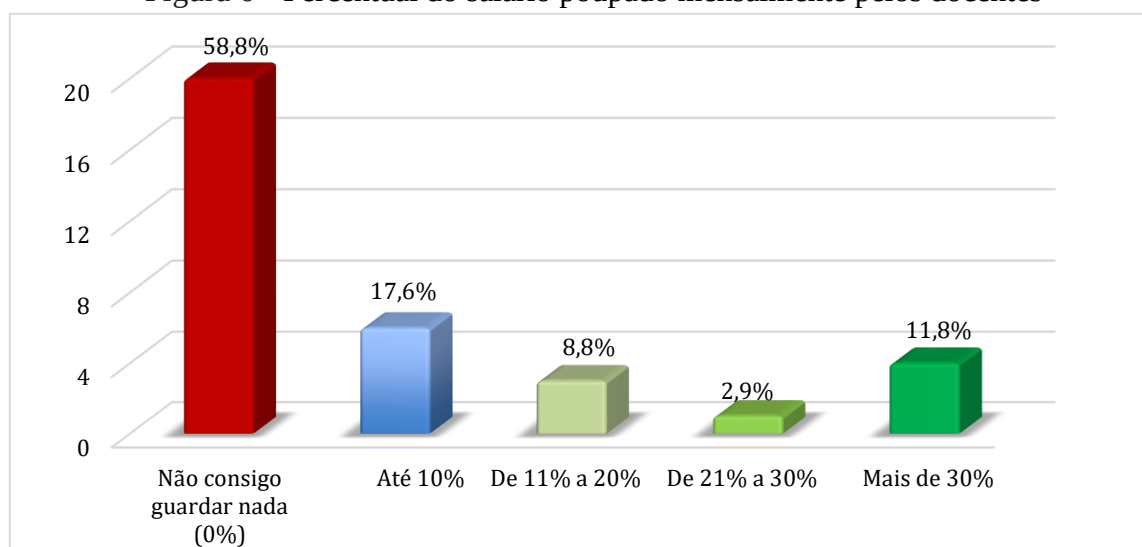


Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

A Figura 5 demonstra que os docentes recorrem principalmente a métodos passivos de controle, onde 70,6% analisam as faturas do cartão de crédito e 58,8% apenas conferem o saldo da conta corrente, enquanto ferramentas mais ativas, como planilhas ou aplicativos, aparecem em apenas 8,8%. Chama atenção que, mesmo com metade da amostra sem planejar os gastos

(Figura 4), a maioria ainda monitora algo, ainda que de forma superficial. O uso do caderno manual (47,1%) aproxima-se da recomendação de Albuquerque (2017), enquanto a forte presença da fatura de cartão remete a Cerbasi (2015), que trata esse instrumento como recorrente na rotina financeira das pessoas.

Figura 6 - Percentual do salário poupado mensalmente pelos docentes



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

Fechando este subtópico com a Figura 6, 58,8% dos docentes não conseguem guardar nenhuma parcela do salário, e apenas 11,8% poupam mais de 30%. Esse resultado é compatível com o quadro geral traçado pelos gráficos anteriores. Em conjunto, os indicadores convergem para um mesmo cenário de vulnerabilidade financeira. Esse resultado está em concordância direta com Albuquerque (2017), que aponta que poupar e manter reserva financeira ainda não é um hábito amplamente difundido no contexto brasileiro.

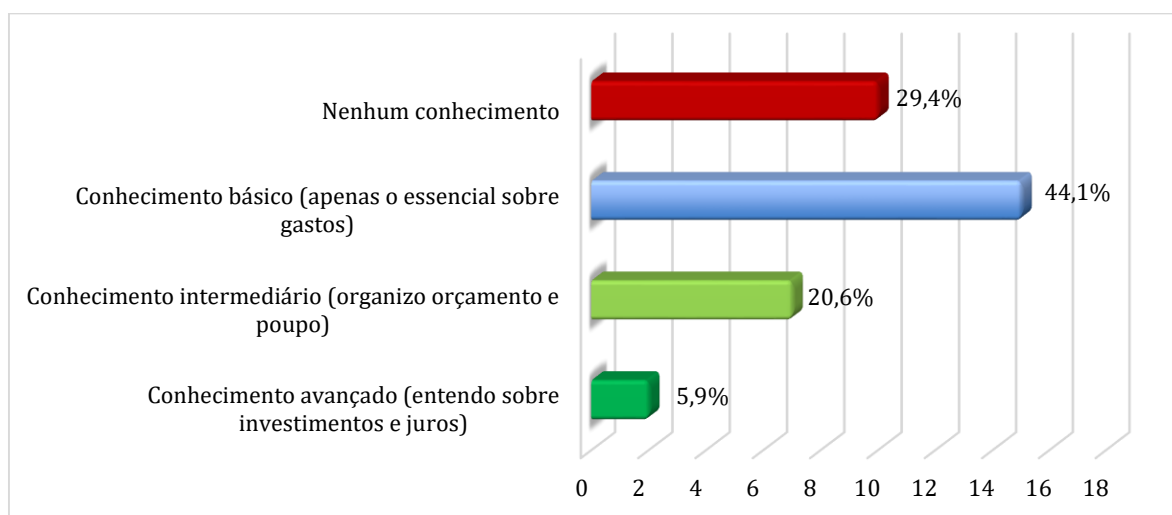
Em síntese, o perfil financeiro dos docentes pesquisados caracteriza-se por uma renda familiar concentrada em faixas mais baixas (Figura 1), sustentada, na maioria dos casos, por apenas um ou dois contribuintes (Figura 2), o que ajuda a explicar por que metade da amostra relata um orçamento mensal deficitário, gastando mais do que ganha (Figura 3). Esse cenário se agrava diante da ausência de planejamento financeiro relatada por metade dos docentes (Figura 4) e do predomínio de métodos passivos de controle dos gastos, como checar a fatura do cartão ou o saldo da conta, em vez de ferramentas ativas de registro (Figura 5). Como resultado, a capacidade de poupança do grupo se mostra bastante reduzida, com a maioria dos docentes não conseguindo guardar nenhuma parcela do salário (Figura 6). No conjunto, esses

achados delineiam um perfil financeiro marcado por renda limitada, baixo planejamento e reduzida margem de segurança financeira, elementos que respondem diretamente ao objetivo específico de descrever o perfil financeiro dos docentes.

5.3 NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DOCENTES ACERCA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Este tópico (Figuras 7, 8 e 9) atende ao objetivo específico de investigar o nível de conhecimento dos professores acerca da educação financeira, contemplando a autoavaliação desse conhecimento, sua relação com a importância atribuída ao tema, e a origem desse aprendizado.

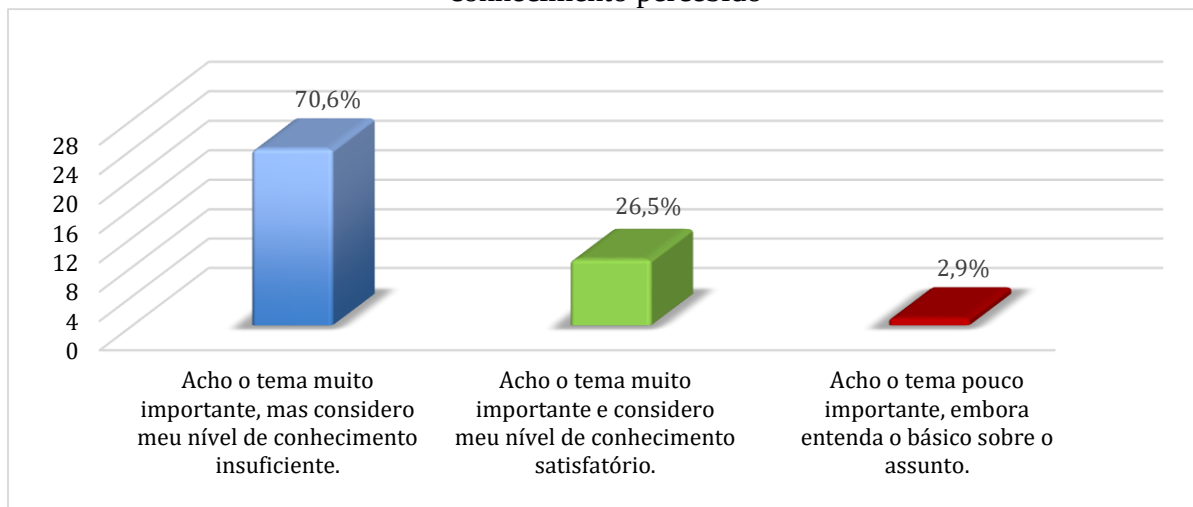
Figura 7 - Nível de conhecimento em educação financeira autodeclarado pelos docentes



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

Na figura 7, a autoavaliação dos docentes concentra-se nos níveis mais baixos de conhecimento: 29,4% dizem não ter nenhum conhecimento em educação financeira e 44,1% se classificam apenas no nível básico. Lusardi e Mitchell (2007) argumentam que indivíduos financeiramente letrados tendem a controlar melhor seus gastos e a poupar. O baixo nível de conhecimento predominante entre os docentes pode indicar maior fragilidade dos docentes quanto ao controle de gastos e sua capacidade de manter poupança. Podendo dificultar a organização das despesas e o planejamento do uso da renda.

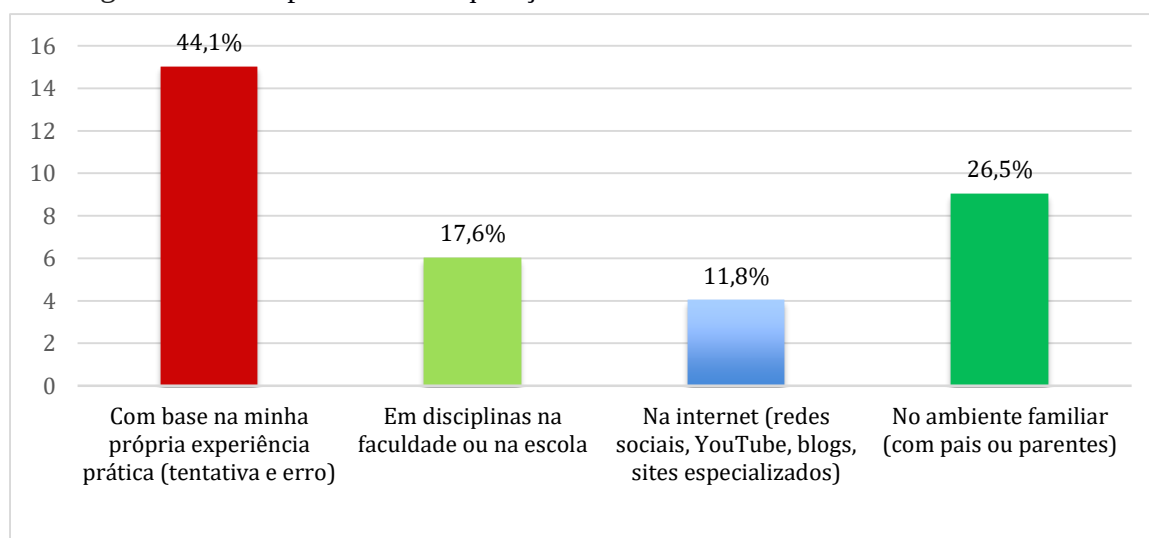
Figura 8 - Relação entre a importância atribuída à educação financeira e o nível de conhecimento percebido



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

Na figura 8, questionados sobre a relação entre a importância atribuída à educação financeira e o conhecimento que de fato possuem, 70,6% dos docentes reconhecem o tema como muito importante, mas admitem que seu conhecimento é insuficiente. Esse resultado dialoga com a Figura 7, em que a maioria também se autoavaliou nos níveis mais baixos de conhecimento, reforçando que o problema não está na falta de valorização do tema, mas na ausência de domínio prático sobre ele.

Figura 9 - Principal fonte de aquisição de conhecimentos financeiros dos docentes



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

Fechando este tópico com a Figura 9, 44,1% dos docentes afirmam ter aprendido a lidar com o próprio dinheiro por tentativa e erro, contra apenas 17,6% que citam disciplinas cursadas

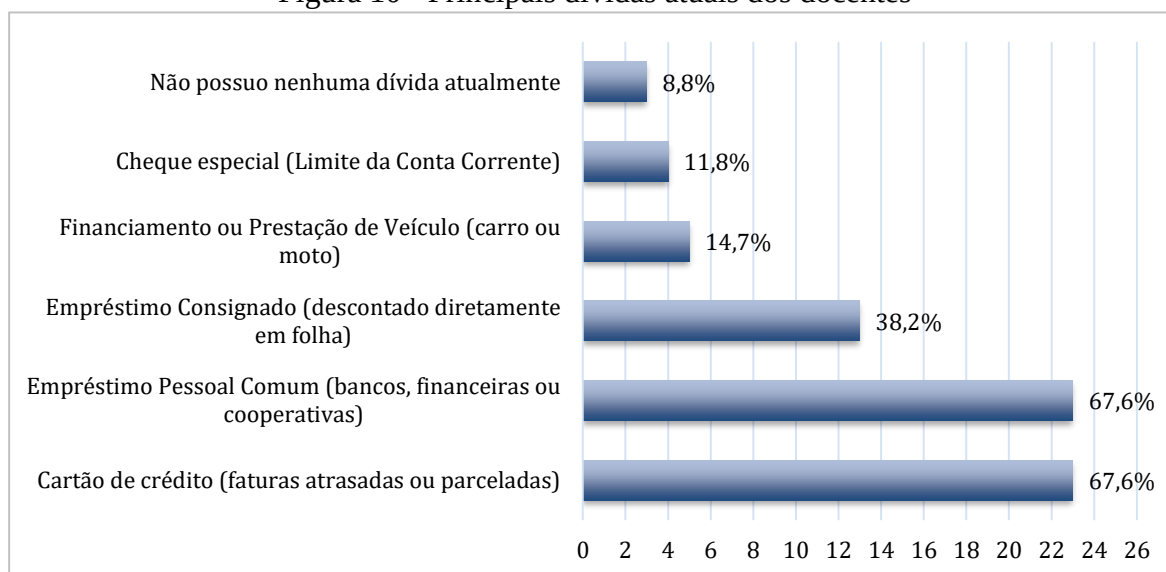
na escola ou faculdade. Esse predomínio do aprendizado informal ajuda a explicar o quadro observado nas questões anteriores, um conhecimento construído na prática, sem uma base estruturada. Já os 26,5% que apontam o ambiente familiar como principal fonte convergem com Maroni Neto (2011), para quem a educação financeira também se constrói no núcleo familiar, embora esse canal ainda apareça atrás da experiência prática entre os docentes pesquisados.

Em síntese, o nível de conhecimento dos docentes acerca da educação financeira revela-se predominantemente baixo: a maioria se autoavalia com pouco ou nenhum domínio sobre o tema (Figura 7), reconhece essa insuficiência mesmo atribuindo grande importância à educação financeira (Figura 8), e relata ter construído esse conhecimento, em sua maior parte, de forma informal, por tentativa e erro, e não por meio de uma formação estruturada, seja escolar ou familiar (Figura 9). No conjunto, esses achados delineiam um cenário de letramento financeiro insuficiente entre os docentes pesquisados, apesar da consciência de sua relevância.

5.4 INFLUÊNCIA DO ENDIVIDAMENTO NA QUALIDADE DE VIDA DOS DOCENTES

Este tópico (Figuras 10, 11, 12 e Quadro 2) atende ao objetivo específico de avaliar a influência das causas do endividamento na qualidade de vida dos docentes, concentrando-se no endividamento propriamente dito e em seus impactos sobre a vida pessoal e profissional.

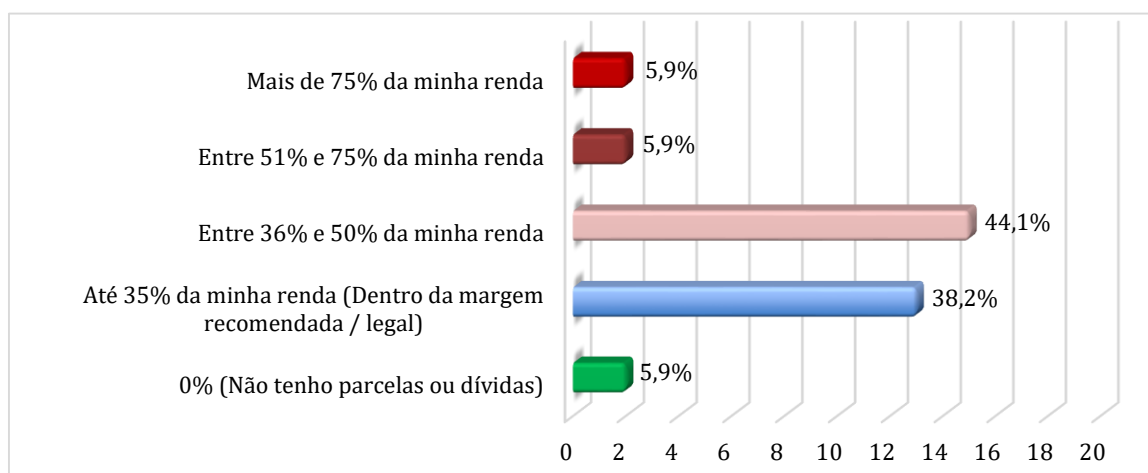
Figura 10 - Principais dívidas atuais dos docentes



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

Na figura 10, o cartão de crédito e empréstimo pessoal comum aparecem empatados como as dívidas mais recorrentes, sendo 67,6% cada, seguidos pelo empréstimo consignado 38,2%. Apenas 8,8% afirmam não possuir nenhuma dívida atualmente. A forte presença do cartão de crédito confirma Cerbasi (2015), para quem esse instrumento é recorrente na rotina financeira das pessoas e, quando usado de forma inadequada, tende a intensificar o acúmulo de dívidas.

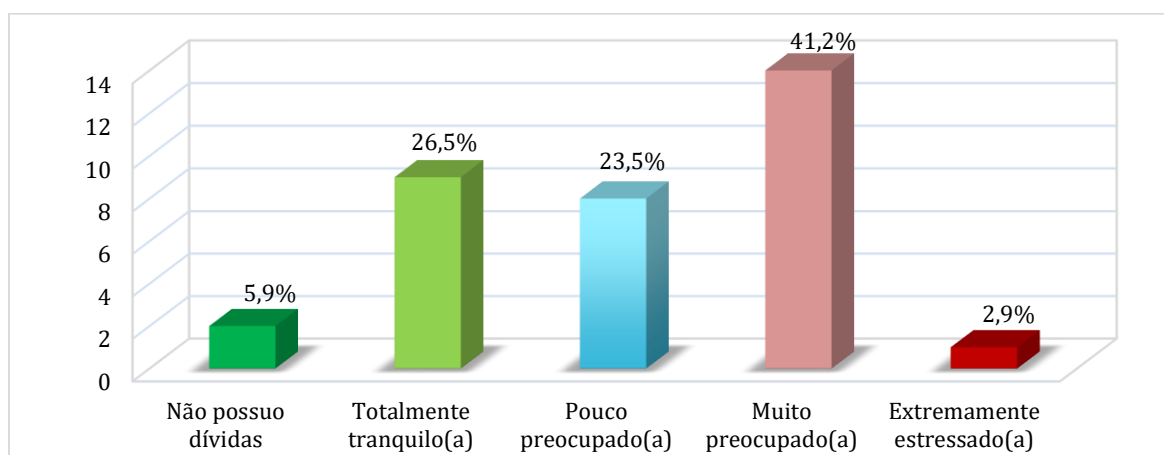
Figura 11 - Percentual da renda mensal comprometido com dívidas e financiamentos



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

Na Figura 11 se observa que a maior parte dos docentes (44,1%) compromete entre 36% e 50% da renda mensal com dívidas, enquanto 38,2% comprometem até 35%. Esse alto comprometimento dialoga com Santos (2014), indicando que possivelmente grande parte da renda dos docentes é destinada ao pagamento de dívidas fixas, conforme descrito pelo autor.

Figura 12 - Sentimento dos docentes em relação à quitação das dívidas atuais



Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

A Figura 12 demonstra que a maior parte dos docentes (41,2%) se declara muito preocupada com suas dívidas, enquanto apenas 26,6% se consideram totalmente tranquilos em relação à situação e 5,9% afirmam não possuir dívidas. Esse resultado está em claro alinhamento com Tolotti (2007), para quem o endividamento tende a comprometer o descanso, a autoconfiança e a estabilidade emocional dos indivíduos, efeito que se reflete na predominância de níveis de preocupação mais altos entre os docentes pesquisados.

Quadro 2 - Categorias de respostas sobre os efeitos da situação financeira na vida pessoal e profissional

Categorias	Critério	Frequência	%	Exemplos ilustrativos
Sem impacto percebido	Nega efeito	7	20,6%	"Não afeta"; "Não, pois consigo controlar meus gastos tranquilamente."; "Sinto que não me afeta pessoalmente nem profissionalmente."
Impacto positivo	Associa a estabilidade	2	5,9%	"Sim, muito. A minha situação financeira estável traz liberdade para tratar e cuidar da saúde, além de conseguir prestar novas metodologias para a docência."; "Sim, muito satisfatório."
Restrição objetiva de atividades e consumo	Descreve o que deixa de fazer	13	38,2%	"Consigo fazer poucas coisas com meu salário, apenas o básico mesmo."; "As vezes quero fazer viagens e o orçamento limita."; "Afeta no quesito pessoal do lazer."
Desconforto emocional nomeado	Nomeia um sentimento	9	26,5%	"Preocupada pois grande parte do salário é apenas para pagar contas."; "Meus gastos afetam meu emocional, as vezes me sinto sufocada com algumas dívidas."; "Frustrada com a situação financeira, não sobra dinheiro para lazer."
Estratégias de enfrentamento	Relata uma ação/esforço	3	8,8%	"Sim afeta, tenho que exercer uma segunda atividade para cobrir os gastos."; "Sim, as vezes fica difícil equilibrar as dívidas, mas é o jeito ir aos poucos."

Fonte: Elaborado pelo Autor, com base na pesquisa realizada (2026).

No Quadro 2, a categoria mais frequente foi a restrição objetiva de atividades e consumo com 38,2%, seguida pelo desconforto emocional nomeado (26,5%). Uma parcela relata não perceber nenhum impacto (20,6%), enquanto outra parcela menor descreve estratégias de enfrentamento, como buscar uma renda extra (8,8%), e uma minoria associa a própria situação financeira a um efeito positivo, ligado à estabilidade (5,9%). Esse padrão é coerente com o que já foi observado nas questões anteriores deste tópico, e está em concordância com Tolotti

(2007), que aponta o comprometimento do descanso, da autoconfiança e da estabilidade emocional como consequências do endividamento, e também dialoga com Delafrooz e Paim (2011), para quem a insatisfação financeira pode impactar diferentes dimensões da vida do indivíduo, o que se confirma na predominância de relatos ligados à restrição de atividades, consumo e bem-estar emocional entre os docentes pesquisados.

Em síntese, os resultados deste tópico revelam que o endividamento entre os docentes pesquisados está fortemente ligado ao uso de cartão de crédito e empréstimo pessoal comum, as dívidas mais recorrentes entre eles, dado observado na Figura 10, o que se reflete no elevado comprometimento da renda mensal, concentrado majoritariamente entre 36% e 50%, conforme a Figura 11. Esse comprometimento financeiro se traduz em preocupação predominante entre os docentes quanto à quitação de suas dívidas, analisado na Figura 12, efeito que reaparece nos relatos subjetivos sobre a vida pessoal e profissional, marcados sobretudo pela restrição de atividades e consumo e por desconforto emocional vistos no Quadro 2. No conjunto, esses achados evidenciam que o endividamento não se limita a uma questão financeira isolada, mas se estende a dimensões práticas e emocionais da vida dos docentes, respondendo diretamente ao objetivo específico de avaliar a influência das causas do endividamento na qualidade de vida dos professores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os fatores que contribuem para o endividamento dos professores efetivos da rede municipal de ensino de Regeneração (PI), desdobrado em três objetivos específicos: descrever o perfil financeiro dos docentes, investigar seu nível de conhecimento acerca da educação financeira e avaliar a influência das causas do endividamento na qualidade de vida desses profissionais. Após a análise dos dados coletados junto a 34 professores, é possível afirmar que os três objetivos foram alcançados.

Quanto ao perfil financeiro dos docentes, constatou-se um grupo com renda familiar concentrada em faixas mais baixas, sustentada, na maioria dos casos, por poucos contribuintes, o que se reflete em um orçamento mensal frequentemente deficitário, baixa adesão a práticas de planejamento e controle ativo dos gastos, e reduzida capacidade de poupança.

Quanto ao nível de conhecimento em educação financeira, verificou-se que a maioria dos docentes possui domínio insuficiente sobre o tema, ainda que reconheça sua importância, e

que esse conhecimento, quando existe, foi construído majoritariamente de forma informal, por tentativa e erro, e não por meio de uma formação estruturada.

Por fim, quanto à influência do endividamento na qualidade de vida, observou-se que o uso recorrente de cartão de crédito e empréstimo pessoal comum resulta em elevado comprometimento da renda mensal, gerando preocupação constante entre os docentes e refletindo-se em restrições práticas de consumo e lazer, além de desconforto emocional relatado nas respostas subjetivas.

Ao integrar os três eixos, observa-se que o endividamento dos professores efetivos da rede municipal de Regeneração (PI) não decorre de um único fator isolado, mas da combinação entre uma renda familiar limitada, um baixo letramento financeiro que dificulta o planejamento e o controle eficiente dos recursos disponíveis, e o consequente recurso a instrumentos de crédito para suprir necessidades do cotidiano. Essa combinação parece se retroalimentar: a renda restrita reduz a margem de poupança, a ausência de conhecimento financeiro estruturado dificulta a organização do pouco recurso disponível, e o uso do crédito, mesmo diante desse cenário, compromete ainda mais a renda futura, afetando o bem-estar pessoal e profissional dos docentes.

Como contribuição, este estudo amplia o conhecimento sobre a realidade financeira dos professores efetivos da rede municipal de Regeneração (PI), oferecendo subsídios empíricos que podem orientar gestores públicos e instituições de ensino na formulação de ações de educação financeira voltadas especificamente a essa categoria profissional.

Como limitações do estudo, destaca-se que a amostra foi selecionada de forma não probabilística, por conveniência, e correspondeu a 34 dos 133 professores efetivos da rede municipal (25,6% da população), o que impede a generalização dos resultados para o conjunto da categoria docente de outras localidades. A pesquisa delimitou-se, propositalmente, aos professores efetivos da rede municipal, com o intuito de investigar um grupo profissional com vínculo e regime de trabalho homogêneos: essa delimitação, embora justificada metodologicamente, também restringe o alcance dos achados, que não podem ser estendidos a professores celetistas, temporários ou contratados, categorias que podem vivenciar condições de estabilidade e renda distintas. O instrumento de coleta, embora submetido a pré-teste com cinco professores para verificação de clareza e compreensão das questões, baseou-se em autoavaliação dos respondentes, especialmente no que se refere ao nível de conhecimento financeiro e ao sentimento em relação às dívidas, aspectos sujeitos a percepções subjetivas que podem não corresponder integralmente à realidade objetiva de cada participante. Por fim, a análise dos resultados baseou-se na comparação de percentuais agregados entre diferentes

questões, sem o cruzamento estatístico dos dados a nível individual, como a tabulação cruzada entre nível de conhecimento financeiro e capacidade de poupança, de modo que as relações discutidas ao longo do capítulo de resultados devem ser interpretadas como aproximações plausíveis, e não como relações estatisticamente comprovadas entre variáveis.

Por fim, para pesquisas futuras recomenda-se a ampliação da amostra e sua aplicação em outros municípios da região, de modo a permitir comparações entre diferentes realidades docentes, bem como a investigação de possíveis diferenças entre professores da rede municipal e estadual, incluindo professores temporários e contratados. Recomenda-se também estudos longitudinais e avaliações dos efeitos de programas de educação financeira sobre o planejamento, a redução do endividamento e a qualidade de vida desses profissionais.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, S. **Contabilidade geral 3D**. 5. ed. São Paulo: Juspodivm, 2022.

ALBUQUERQUE, I. C. F. **Administração de finanças pessoais**: análise do perfil de endividamento dos alunos da faculdade de economia, administração, atuária, contabilidade e secretariado. 2017. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

AUGUSTINIS, V. F.; COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F. **Uma análise crítica do discurso de educação financeira**: por uma educação para além do capital. Revista ADM.MADE, v. 16, n. 3, p. 79–102, 2013. Fortaleza: UECE.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: 70, 2016

BAYER, E. L.; BRAIDO, G. M. **Planejamento financeiro – de pai para filho**: um estudo com os pais de alunos do ensino fundamental. Revista Destaques Acadêmicos, v. 9, n. 1, p. 1–17, 2017. São Paulo: IMED.

CABRAL, B. B. **Educação financeira**: o primeiro passo para consumo consciente. In: SABERES Multidisciplinares. Salvador: JM Gráfica, 2014. p. 125–135.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Satisfação global de vida e bem-estar financeiro: Desvendando a percepção de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 182-200, 2017

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. **Entendendo a atitude ao endividamento**: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam? Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 15, n. 1, p. 5–24, 2016. Santa Catarina: Unoesc.

CAMPOS, A. R. **A educação financeira em um curso de orçamento e economia doméstica para professores: uma leitura da produção de significados financeiro-econômicos de indivíduos consumidores.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2015.

CARVALHO, H. A.; SOUSA, F. G. P.; FUENTES, V. L. P. **Representação social do endividamento individual.** Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 11, n. 1, p. 100–115, 2017. João Pessoa: UFPB.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira.** Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

CHEROBIM, A. P. M.; ESPEJO, M. M. B. (org.). **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CLAYTON, M.; LIÑARES-ZEGARRA, J.; WILSON, J. O. **Does debt affect health? Cross country evidence on the debt-health nexus.** Social Science & Medicine, v. 130, p. 51–58, 2015.

DELAFTROOZ, N.; PAIM, L. H. **Determinants of financial wellness among Malaysia workers.** African Journal of Business Management, v. 5, n. 24, p. 10092–10100, 2011.

DOMINGOS, R. **Sabedoria financeira: o milagre da multiplicação de seus recursos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2013.

FERREIRA, V. R. M. **Psicologia econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FONSECA, P.; MURAMATSU, R. **Economia comportamental e trajetórias de consumo intertemporal – anomalias e evidências do caso brasileiro.** Revista Jovens Pesquisadores, v. 5, n. 9, jul./dez. 2008. Salvador: UEFS.

FRIEDMAN, M. **A theory of the consumption function.** Princeton: Princeton University Press, 1957.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENN, J. **A aplicabilidade dos conceitos e técnicas da contabilidade nas finanças pessoais.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, 2015.

HIRA, T. K. **Personal finance: past, present and future.** 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1522299>. Acesso em: 25 jan. 2026.

HOJMAN TRUJILLO, D.; MIRANDA PARRA, A.; RUIZ-TAGLE VENERO, J. **Debt trajectories and mental health.** Social Science & Medicine, v. 167, p. 54–62, 2016.

HUSTON, S. J. **Measuring financial literacy**. Journal of Consumer Affairs, v. 44, n. 2, p. 296–316, jun. 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>. Acesso em: 25 jan. 2026.

JESUS, A. S. DE *et al.* **Educação financeira: como a taxa Selic impacta no controle de gastos**. Repositório Institucional do Conhecimento, 2023. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/17498>. Acesso em: 25 jan. 2026.

KRÜGER, F. **Avaliação da educação financeira no orçamento familiar**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso – Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte (FABET), Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia (FATTEP), Concórdia, SC, 2014.

KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. **Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores**. Revista de Administração (São Paulo), v. 50, p. 169–182, 2015.

LISBOA, E. S. F. **Planejamento e controle das finanças pessoais: um estudo com servidores públicos**. 2012. Monografia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2012.

LUCENA, W. G. L.; MARINHO, R. A. L. **Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes**. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 16., 2013, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA-USP, 2013.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for financial education programs**. Pension Research Council Working Paper, jan. 2007. Filadélfia: University of Pennsylvania.

MANFREDINI, A. M. N. **Pais e filhos: um estudo da educação financeira em famílias na fase de aquisição**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

MARONI NETO, R. **Manual de gestão de finanças pessoais: um guia sobre planejamento financeiro, consumo, equacionamento de dívidas, formação de poupança e investimentos**. São Paulo: Iglu, 2011. ISBN 978-85-7494-138-7.

MELLO, R. M. **Gestão financeira pessoal de funcionários com emprego estável: funcionários do Banco X SA**. 2011. Trabalho acadêmico – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36702/000792907.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2026.

MIRANDA, M. O. R. **A educação financeira e sua influência no planejamento de finanças pessoais dos alunos da Fatecs do Uniceub**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2013.

MOREIRA, R. do C.; CARVALHO, H. L. F. S. de. **As finanças pessoais dos professores da rede municipal de ensino de Campo Formoso-BA: um estudo na escola José de Anchieta**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 3, p. 122–137, 2013. Salvador: UEFS.

NUNIS, Edivonete Alvis. **Desequilíbrios nas finanças dos servidores técnicoadministrativos em educação da Universidade de Brasília: avaliação do período da pandemia.** 2023. Dissertação – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

PELICIOLO, A. F. **A relevância da educação financeira na formação de jovens.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências e Matemática) – PUCRS, Porto Alegre, 2011.

PICCINI, R. A.; PINZETTA, G. **Planejamento financeiro pessoal e familiar.** Unoesc & Ciência – ACSA, v. 5, n. 1, p. 95–102, 2014. Santa Catarina: Unoesc.

POTRICH, A. C. G. *et al.* **Modelando a propensão ao endividamento: os fatores comportamentais e socioeconômicos são determinantes?** Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión, v. 24, n. 2, p. 85–110, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18359/rfce.2224>. Acesso em: 25 jan. 2026.

RESENDE, B. M.; COSTA, C. **Análise do planejamento financeiro pessoal dos discentes de administração de uma instituição de ensino superior em Monte Carmelo–MG, no ano de 2015.** Revista GeTeC, v. 6, n. 13, 2017. Belo Horizonte: UNIFEMM.

ROSSATO, V. P.; BESKOW, R. P.; PINTO, N. G. M. **O endividamento e seus consequentes nas capitais brasileiras de 2010 a 2017.** Revista de Administração IMED, v. 9, n. 1, p. 94–113, 2019. Passo Fundo: IMED.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. **Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe.** Revista Formadores: Vivências e Estudos, v. 7, n. 1, p. 5–17, jun. 2014. Cachoeira/BA: UEFS.

SANTOS, J. O. dos. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático.** São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, R. S. **Aprimorando a gestão financeira pessoal: como a educação financeira beneficia o planejamento financeiro pessoal.** 2023. Artigo (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, RN, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/53752>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SILVA, T. *et al.* **Financial education level of high school students and its economic reflections.** Revista de Administração, v. 52, n. 3, p. 285–303, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rausp.2016.12.010>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SILVA, W. J. **A contabilidade como instrumento de controle e planejamento financeiro pessoal.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

TOLOTTI, M. **As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VIEIRA, K.; MOREIRA JUNIOR, F.; POTRICH, A. **Indicador de Educação Financeira: proposição de um instrumento a partir da Teoria da Resposta ao Item.** Educação & Sociedade, v. 40, 2019. Belo Horizonte: UFMG.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS DOCENTES

1. Gênero:

☐ Masculino

☐ Feminino

☐ Prefiro não responder

2. Faixa etária:

☐ 18 a 29 anos

☐ 30 a 40 anos

☐ 41 a 50 anos

☐ 51 a 60 anos

☐ Mais de 60 anos

3. Qual o seu estado civil?

☐ Solteiro(a)

☐ Casado(a)

☐ União estável

☐ Separado(a) judicialmente / divorciado(a)

☐ Viúvo(a)

4. Número de pessoas que constituem o núcleo familiar (incluindo você):

☐ 1 pessoa (Moro sozinho/a)

☐ 2 a 3 pessoas

☐ 4 a 5 pessoas

☐ Mais de 5 pessoas

5. Número de dependentes financeiros:

☐ Nenhum

☐ 1 a 2 dependentes

☐ 3 a 4 dependentes

- ☐ 5 a 6 dependentes
- ☐ Mais de 6 dependentes

6. Escolaridade:

- ☐ Magistério / Ensino Médio
- ☐ Graduação (Bacharelado ou Licenciatura)
- ☐ Pós-graduação Lato Sensu (Especialização)
- ☐ Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado)
- ☐ Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado)

7. Há quanto tempo você atua na docência?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ De 1 a 5 anos
- ☐ De 6 a 10 anos
- ☐ De 11 a 15 anos
- ☐ De 16 a 20 anos
- ☐ Há mais de 20 anos

8. Qual é a sua faixa de renda individual líquida (salário que cai na conta, após os descontos)?

- ☐ Até 1 salário mínimo (Até R\$ 1.621,00)
- ☐ Mais de 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.621,01 a R\$ 3.242,00)
- ☐ Mais de 2 a 4 salários mínimos (R\$ 3.242,01 a R\$ 6.484,00)
- ☐ Mais de 4 a 6 salários mínimos (R\$ 6.484,01 a R\$ 9.726,00)
- ☐ Mais de 6 a 8 salários mínimos (R\$ 9.726,01 a R\$ 12.968,00)
- ☐ Mais de 8 salários mínimos (Acima de R\$ 12.968,00)

2 ESPECÍFICAS

2.1 PERFIL FINANCEIRO DOS DOCENTES

2.1.1 Estrutura financeira familiar

9. Qual é a renda familiar mensal total (soma do rendimento de todas as pessoas que moram com você, em salários mínimos)?

- ☐ Até 1 salário mínimo (Até R\$ 1.621,00)
- ☐ Mais de 1 a 3 salários mínimos (R\$ 1.621,01 a R\$ 4.863,00)

- ☐ Mais de 3 a 5 salários mínimos (R\$ 4.863,01 a R\$ 8.105,00)
- ☐ Mais de 5 a 7 salários mínimos (R\$ 8.105,01 a R\$ 11.347,00)
- ☐ Mais de 7 a 10 salários mínimos (R\$ 11.347,01 a R\$ 16.210,00)
- ☐ Mais de 10 salários mínimos (Acima de R\$ 16.210,00)

10. Quantas pessoas contribuem para a renda da família (incluindo você)?

- ☐ Apenas eu (1 pessoa)
- ☐ 2 pessoas
- ☐ 3 pessoas
- ☐ 4 pessoas ou mais

11. Com relação ao equilíbrio do seu orçamento mensal, você diria que:

- ☐ Gasta menos do que ganha (Orçamento superavitário / Consigo poupar)
- ☐ Gasta igual ao que ganha (Orçamento equilibrado / Não sobra dinheiro)
- ☐ Gasta mais do que ganha (Orçamento deficitário / Entro em dívidas)

2.1.2 Comportamento financeiro e hábitos de consumo

12. Como você realiza o planejamento dos seus gastos mensais?

- ☐ Estabeleço um teto máximo de gastos
- ☐ Defino prioridades para os gastos antes de o mês começar
- ☐ Não realizo planejamento (vou gastando até terminar o salário)
- ☐ Não realizo planejamento (vou gastando até usar o limite do cartão de crédito)
- ☐ Não costumo realizar nenhum tipo de planejamento financeiro

13. Como você acompanha o controle dos seus gastos? (Selecione todas as opções que se aplicam)

- ☐ Analisando os lançamentos nas faturas de cartão de crédito
- ☐ Acompanhando apenas o saldo da conta corrente
- ☐ Anotando os gastos em planilha eletrônica (Excel, etc.) ou aplicativo
- ☐ Anotando os gastos manualmente em caderno ou agenda
- ☐ Comparando os gastos reais com o planejamento do mês
- ☐ Não costumo realizar nenhum acompanhamento dos gastos
- ☐ Outro (especifique): _____

14. Que porcentagem do seu salário você costuma guardar/poupar mensalmente?

- ☐ Não consigo guardar nada (0%)
- ☐ Até 10%
- ☐ De 11% a 20%
- ☐ De 21% a 30%
- ☐ Mais de 30%

2.2 NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DOCENTES ACERCA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

15. Como você avalia o seu nível de conhecimento em educação financeira?

- ☐ Nenhum conhecimento
- ☐ Conhecimento básico (apenas o essencial sobre gastos)
- ☐ Conhecimento intermediário (organizo orçamento e poupo)
- ☐ Conhecimento avançado (entendo sobre investimentos e juros)

16. Pensando na relação entre a importância que você dá à educação financeira e o nível de conhecimento que você possui hoje, qual das alternativas abaixo melhor descreve a sua situação?

- ☐ Acho o tema muito importante e considero meu nível de conhecimento satisfatório.
- ☐ Acho o tema muito importante, mas considero meu nível de conhecimento insuficiente.
- ☐ Acho o tema pouco importante, embora entenda o básico sobre o assunto.
- ☐ Não acho o tema importante e não tenho interesse/conhecimento na área.

17. Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?

- ☐ No ambiente familiar (com pais ou parentes)
- ☐ Em conversas com amigos e colegas de trabalho
- ☐ Em disciplinas na faculdade ou na escola
- ☐ Na internet (redes sociais, YouTube, blogs, sites especializados)
- ☐ Em meios de comunicação tradicionais (livros, revistas, TV e rádio)
- ☐ Com base na minha própria experiência prática (tentativa e erro)

2.3 INFLUÊNCIA DO ENDIVIDAMENTO NA QUALIDADE DE VIDA DOS DOCENTES

18. Quais são as suas principais dívidas atualmente? (Selecione todas as opções que se aplicam)

- ☐ Não possuo nenhuma dívida atualmente
- ☐ Empréstimo Consignado (descontado diretamente em folha)
- ☐ Empréstimo Pessoal Comum (bancos, financeiras ou cooperativas)
- ☐ Financiamento de Imóvel (casa, apartamento ou terreno)
- ☐ Financiamento ou Prestação de Veículo (carro ou moto)
- ☐ Cheque especial (Limite da Conta Corrente)
- ☐ Cartão de crédito (faturas atrasadas ou parceladas)
- ☐ Empréstimos com familiares, amigos ou terceiros
- ☐ Outro (especifique): _____

19. Aproximadamente, qual porcentagem da sua renda mensal líquida é consumida pelo pagamento dessas prestações, dívidas e financiamentos?

- ☐ 0% (Não tenho parcelas ou dívidas)
- ☐ Até 35% da minha renda (Dentro da margem recomendada / legal)
- ☐ Entre 36% e 50% da minha renda
- ☐ Entre 51% e 75% da minha renda
- ☐ Mais de 75% da minha renda

20. Como você se sente em relação à quitação de suas dívidas atuais?

- ☐ Não possuo dívidas / Não se aplica ao meu caso
- ☐ Totalmente tranquilo(a) (As dívidas estão sob controle e não me geram preocupação)
- ☐ Pouco preocupado(a) (Sinto alguma dificuldade, mas consigo equilibrar o orçamento)
- ☐ Muito preocupado(a) (As dívidas consomem muito da minha renda e geram forte incômodo)
- ☐ Extremamente estressado(a) / Desesperançoso(a) (Sinto que perdi o controle da minha situação financeira)

21. Você sente sua situação financeira afetar sua vida – tanto pessoal quanto profissionalmente; se sim, em que sentido e/ou âmbitos?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Análise das causas de endividamento de professores da rede municipal em Regeneração (PI)”, cujo objetivo é investigar os fatores que contribuem para o endividamento dos professores da rede municipal de ensino de Regeneração (PI).

Para a realização deste estudo, solicitamos a sua colaboração no preenchimento do questionário proposto. Os benefícios da pesquisa estão relacionados à divulgação e à reflexão social e acadêmica sobre o tema, servindo como subsídio para a compreensão do processo de endividamento dos docentes da rede municipal.

Esclarecemos que a sua participação não acarretará riscos à sua saúde, nem exposição a situações que possam colocar sua vida em perigo ou afrontar seus valores e convicções políticas, éticas, morais ou religiosas. Entretanto, pode haver um eventual desconforto emocional ao responder às perguntas sobre finanças. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos, sendo assegurados o total sigilo e a confidencialidade dos dados. Mediante a assinatura deste termo, o(a) Sr.(a) receberá uma cópia deste documento.

O(A) Sr.(a) tem o direito e a liberdade de recusar-se a participar desta pesquisa, de forma total ou parcial, bem como de retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo. A participação na pesquisa não é remunerada e não implicará gastos financeiros para os participantes.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e jamais serão divulgados em nível individual, visando assegurar o anonimato de sua participação. Desde já, agradecemos!

Eu, _____ (nome por extenso), declaro que, após ter sido esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a), ter lido o presente termo e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da pesquisa intitulada “Análise das causas de endividamento de professores da rede municipal em Regeneração (PI)”.

Angical, ____ de _____ de 20____.